



EDITAL DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 022/2025
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 012/2025

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas para a prestação de serviços de locação de máquinas e veículos pesados, destinados a promover a melhoria contínua da eficiência dos serviços públicos municipais da Prefeitura de Itanhomi/MG. Conforme termo de Referência em anexo abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| | |
|---|---|
| LOCAL: | O recebimento da documentação para o credenciamento ocorrerá exclusivamente no formato eletrônico através do site https://licitanet.com.br/ |
| PERÍODO: | A partir da Publicação e ficará permanentemente aberto até durante 12 meses. |
| RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO: | A partir das 08:00 horas do dia 10 de novembro de 2025, até as 23:59 horas do dia 09 de novembro de 2026. |
| PRIMEIRA ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO: | A partir das 13:00 horas, do dia 28 de novembro de 2025. |

1 – PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE ITANHOMI/MG, por intermédio do Setor de Licitações, realizará a Licitação na Modalidade Credenciamento Eletrônico, em sessão pública a ser realizada na Plataforma de Licitações Licitar Digital (<https://licitanet.com.br/>) a qual, conforme especificado no ANEXO I deste edital, através do Agente de Contratações e Equipe de Apoio nomeada pela Portaria nº 099/2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas modificações posteriores, torna público que receberá, durante o período de 10 de novembro de 2025 a 09 de novembro de 2026, no site eletrônico: <https://licitanet.com.br/>, regida pela Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1.1 - O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Itanhomi/MG, através do endereço eletrônico <https://www.itanhomi.mg.gov.br/licitacoes>, na Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, de forma exclusiva pelo método eletrônico, propostas para o CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 012/2025, para realização Chamamento Público para Credenciamento de profissionais e/ou empresas especializadas para a prestação dos serviços descritos no Termo de Referência, destinados a promover a melhoria contínua da eficiência dos serviços públicos municipais da Prefeitura de Itanhomi-MG, de acordo com as especificações e especialidades a seguir relacionadas:

2 – DO OBJETO

2.1 - O presente credenciamento de empresas especializadas para a prestação de serviços de locação de máquinas e veículos pesados, destinados a promover a melhoria contínua da eficiência dos serviços públicos municipais da Prefeitura de Itanhomi/MG, conforme anexo. A aquisição do Edital completo poderá ser feita através dos endereços eletrônicos: e-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com, ou através do Portal da Transparência: <https://www.itanhomi.mg.gov.br/licitacoes>, ou pela plataforma Licitanet: <https://licitanet.com.br/>.

3 – FINALIDADE

3.1 - O presente credenciamento eletrônico tem por finalidade garantir a transparência, eficiência e legalidade no processo de contratação de prestação dos serviços. O Município de Itanhomi-MG necessita de uma solução eficiente, contínua e juridicamente segura para a prestação dos devidos serviços, destinados ao atendimento das demandas operacionais de diversas secretarias, especialmente nas áreas de obras, infraestrutura, transporte, agricultura e meio ambiente.

3.2 - Para propiciar uma maior participação das empresas e profissionais que estão dispostas a prestarem os serviços estabelecidos pela Administração, com o preço fixado pela própria Administração de acordo com os valores de mercado. A participação no credenciamento implica a aceitação das condições estabelecidas no edital e a responsabilidade de cumprir todas as obrigações previstas.

4 – DO PAGAMENTO

4.1. O valor a ser pago ao credenciado será de acordo com os serviços realizados, comprovados mediante apresentação de fatura/relatório, e devidamente aprovados pela Secretaria Municipal responsável.

4.2 - A apresentação da fatura, que será devidamente atestada pela autoridade competente da Secretaria Municipal responsável.

4.3 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da entrega total do serviço, mediante apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante observando-se o art. 141, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em dez dias após a data de sua apresentação válida.

4.5 - O pagamento será feito através de depósito bancário em conta corrente em nome da Contratada ou cheque nominal.

4.6 - A Nota Fiscal emitida pelo licitante deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do processo licitatório e nº do Credenciamento, a fim de se acelerar o trâmite e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

5 – DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO:

5.1 - Poderão se credenciar pessoas jurídicas de direito privado, que tenha compatibilidade em seu Contrato Social com o objeto deste Edital aceitando as normas estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG.

5.2 - É de responsabilidade exclusiva e integral da pessoa jurídica credenciada a utilização de pessoal para execução do objeto da contratação, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos a Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG.

5.3 - É vedada participação de interessado no qual, dentre seus dirigentes responsáveis técnicos ou legais, bem como dentre eventuais subcontratados, seja ocupante de cargo ou de emprego público na Administração direta ou indireta da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG

Os participantes deverão primeiramente se inscrever na plataforma eletrônica do credenciamento eletrônico no endereço: <https://licitanet.com.br/>, dentro da opção: Adesão - Adesão fornecedor. Cadastrada senha de acesso, será liberado o acesso à área logada.

5.4 - O participante deverá, após selecionar o edital enviar a documentação necessária, informar os serviços aos quais pretende se credenciar e solicitar a participação no credenciamento. Para dúvidas quanto ao cadastro na plataforma deverão ser sanadas diretamente com a Licitanet.

6 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

6.1 - Os licitantes poderão encaminhar, nos termos deste Edital, juntamente com a **PROPOSTA, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**, a seguir informada:

6.1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA (ART. 66 DA LEI 14.133/2021):

6.1.2 - Registro comercial no caso de firma individual;

6.1.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

6.1.4 - Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

6.1.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (ART. 67 DA LEI 14.133/2021):

6.2.1 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.3 - DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (ART. 68 DA LEI 14.133/2021):

6.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do **CNPJ**, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

6.3.2 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social – INSS**, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

6.3.3 - Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

6.3.4 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, **Cartão de Inscrição Estadual**, (se houver);

6.3.5 - Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

6.3.6 - Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF – FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

6.3.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da **CNDT**;

6.3.8 - Prova do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, mediante declaração nos termos do item 5.7 deste edital.

6.4 - DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 69 DA LEI 14.133/2021):

6.4.1 - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

6.4.2 - Nos termos do art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, **exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento**, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

Nota 01 – A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 – As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 03 – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em seu formato original, por cópia ou por digitalização.

Nota 04 – Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:

“Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.

6.5 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, obrigatoriamente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

6.6.1 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2 - Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

6.6.3 - Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.

6.7 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples, enviados por meio do sistema em formato digital, ou por cópia autenticada nos termos do inciso IV do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal, nos termos do inciso V do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

6.8 - Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

6.9 - A verificação pela (o) Agente de Contratação (o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.10 - A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.11 - Após a abertura da sessão, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (art. 64 da Lei nº 14.133/2021), para:

6.11.1 - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.11.2 - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.12 - Na análise dos documentos de habilitação, a Agente de Contratação (o) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.13 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

6.14 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.15 - As ME e EPPs deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

6.15.1 - Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente apresentar preço inferior ao menor preço ofertado na etapa de lances, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.15.2 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Agente de Contratação (o).

6.15.3 - Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

6.15.4 - A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.16 - Para dúvidas quanto ao cadastro na plataforma deverão ser sanadas diretamente com a Plataforma Licitar Digital (<https://licitanet.com.br/>).

7 – DA ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

7.1 - Os proponentes, ao efetivarem o CREDENCIAMENTO, concordam automaticamente com todos os termos do Edital e seus anexos.

7.2 - A contratação somente se efetivará após o cumprimento dos critérios estabelecidos neste EDITAL DE CREDENCIAMENTO, definidos pela Prefeitura Municipal de Itanhomi.

7.3 - Será considerada habilitada a empresa que apresentar toda a documentação em conformidade com a cláusula 6 do presente edital.

7.4 - Após análise da documentação de Habilitação dos proponentes e verificadas o seu atendimento ao chamamento publico, será realizado pelo agente de contratação:

7.5 - A sessão de análise dos documentos com a ordem de classificação ocorrerá no dia 28 de novembro de 2025, às 13:00horas

7.6 - A distribuição da demanda será realizada com base na ordem de sorteio dos credenciados, conforme o registro das propostas, sendo a prestação dos serviços dividida de forma proporcional entre os credenciados, a prestação dos serviços será através de rotatividade.

7.6.1 - Caso o credenciado não esteja disponível para atender à solicitação da Administração na data designada, será convocado o próximo da ordem estabelecida no sorteio, seguindo a sequência estabelecida.

7.7 - A empresa que rejeitar a designação, ou estiver suspenso/impedido de realizar, perderá a vez, situação em que será chamado o próximo na ordem de classificação.

7.8 - Havendo descredenciamento da empresa, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais.

8 – DA CONVOCAÇÃO

8.1 – Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente pela plataforma eletrônica indicada no item “1” (<https://licitanet.com.br/>), no período de 12(dose) meses, ou seja de 10 de novembro de 2025 até o dia 09 de novembro de 2026.

8.2 – A Prefeitura Municipal de Itanhomi convocará o candidato selecionado, através da plataforma eletrônica do credenciamento e ou e-mail, para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do envio do e-mail ou da comunicação na plataforma;

8.3 - O contrato de credenciamento será enviado ao candidato selecionado pela plataforma eletrônica e ou e-mail, sendo que, poderá o candidato devolver o contrato assinado:

8.3.1 – Pela plataforma eletrônica do credenciamento eletrônico, através de arquivo PDF, assinado eletronicamente nos termos de certificados ICP-Brasil, conforme MP 2.200-2 de 2001;

8.4 - O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto no subitem 8.2, representará a desistência da empresa com relação ao procedimento previsto neste Edital.

8.5 - O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado em até 30 (trinta) dias após o credenciamento do interessado e será afixado em local próprio no saguão da sede da Prefeitura Municipal de Itanhomi/MG, através do site <https://www.itanhomi.mg.gov.br/licitacoes> e <https://licitanet.com.br/>, e/ou publicação no diário local.

8.6 - É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento.

9 – DO PRAZO

9.1 - O prazo de vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses.

9.2 - O prazo máximo para execução da prestação de serviços é de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação formal por parte da Administração.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.1.1 - A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

| CÓDIGO DA DOTAÇÃO | FICHA | FONTE | NOMENCLATURA |
|--|-------|---------------|---|
| 02.01.01.04.122.0001.2007.3.3.90.36.00 | 58 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIVIDADES DO GABINETE PREFEITO |
| 02.01.01.04.122.0001.2007.3.3.90.39.00 | 59 | 1.500.000.000 | |
| 02.03.01.04.122.0003.2010.3.3.90.36.00 | 84 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIV. SEC. MUNIC. ADMINISTRAÇÃO |
| 02.03.01.04.122.0003.2010.3.3.90.39.00 | 85 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.501.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.04.01.04.123.0007.2016.3.3.90.36.00 | 123 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIV. SECRETARIA MUNIC. FAZENDA |
| 02.04.01.04.123.0007.2016.3.3.90.39.00 | 124 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.501.000.000 | |
| | | 1.752.000.000 | |
| | | 1.720.000.000 | |
| 02.05.01.12.122.0008.2019.3.3.90.36.00 | 148 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIV. SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO |
| 02.05.01.12.122.0008.2019.3.3.90.39.00 | 149 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |



| | | | |
|--|-----|---------------|--|
| 02.05.01.12.361.0009.2022.3.3.90.36.00 | 166 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL |
| | | 1.550.000.000 | |
| 02.05.01.12.361.0009.2022.3.3.90.39.00 | 167 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.550.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.05.01.12.361.0010.2025.3.3.90.36.00 | 173 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR |
| | | 1.576.001.000 | |
| 02.05.01.12.361.0009.2022.3.3.90.39.00 | 174 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.550.000.000 | |
| | | 1.553.000.000 | |
| | | 1.576.001.000 | |
| 02.05.01.12.365.0011.2028.3.3.90.36.00 | 185 | 1.500.000.000 | MANUT. DAS ATIVIDADES DA CRECHE |
| 02.05.01.12.365.0011.2028.3.3.90.39.00 | 186 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.550.000.000 | |
| 02.06.01.10.122.0015.2034.3.3.90.36.00 | 212 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE |
| 02.06.01.10.122.0015.2034.3.3.90.39.00 | 213 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.06.01.10.301.0015.2035.3.3.90.36.00 | 227 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIV. ASSIST. MÉDICA ODONTOLÓGICA |
| | | 1.600.000.000 | |
| | | 1.621.000.000 | |
| 02.06.01.10.301.0015.2035.3.3.90.39.00 | 228 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.600.000.000 | |
| | | 1.621.000.000 | |
| | | 1.659.002.000 | |
| 02.07.01.04.122.0020.2046.3.3.90.39.00 | 283 | 1.500.000.000 | MANUT. SEC. VIAÇÃO, OBRAS, TRANSP. URBAN |
| 02.07.01.15.451.0020.2047.3.3.90.36.00 | 303 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES URBANAS |
| 02.07.01.15.451.0020.2047.3.3.90.39.00 | 304 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.501.000.000 | |
| | | 1.703.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.09.01.08.122.0017.2052.3.3.90.36.00 | 356 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIV. SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| 02.09.01.08.122.0017.2052.3.3.90.39.00 | 357 | 1.500.000.000 | |
| 02.11.01.18.122.0023.2058.3.3.90.36.00 | 385 | 1.500.000.000 | MANUT ATIV. SETOR DE MEIO AMBIENTE |
| 02.11.01.18.122.0023.2058.3.3.90.39.00 | 386 | 1.500.000.000 | |
| 02.03.01.06.181.0004.2012.3.3.90.36.00 | 96 | 1.500.000.000 | MANUT. CONVÊNIO COM A POLICIA MILITAR |
| 02.03.01.06.181.0004.2012.3.3.90.39.00 | 97 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.03.01.06.181.0004.2013.3.3.90.36.00 | 99 | 1.500.000.000 | |



| | | | |
|--|-----|---------------|---|
| 02.03.01.06.181.0004.2013.3.3.90.39.00 | 100 | 1.500.000.000 | MANUT. CONVENIO COM A POLICIA CIVIL |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.03.01.06.181.0004.2015.3.3.90.36.00 | 107 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL |
| 02.03.01.06.181.0004.2015.3.3.90.39.00 | 108 | 1.500.000.000 | |
| 02.05.01.12.366.0009.2029.3.3.90.36.00 | 201 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO ENSINO PARA JOVENS E ADULTOS |
| 02.05.01.12.366.0009.2029.3.3.90.39.00 | 202 | 1.500.000.000 | |
| 02.06.01.10.301.0015.2065.3.3.90.36.00 | 235 | 1.500.000.000 | PRAÇA SAUDÁVEL ACADEMIA DA MELHOR IDADE |
| | | 1.600.000.000 | |
| 02.06.01.10.301.0015.2065.3.3.90.39.00 | 236 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.600.000.000 | |
| 02.06.01.10.302.0015.2037.3.3.90.36.00 | 240 | 1.500.000.000 | MANUT. DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO MAC MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FARMACÊUTICAS |
| | | 1.659.002.000 | |
| 02.06.01.10.302.0015.2037.3.3.90.39.00 | 241 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.600.000.000 | |
| | | 1.659.002.000 | |
| 02.06.01.10.303.0015.2064.3.3.90.36.00 | 255 | 1.600.000.000 | |
| 02.06.01.10.303.0015.2064.3.3.90.39.00 | 256 | 1.600.000.000 | |
| 02.06.01.10.304.0015.2043.3.3.90.36.00 | 264 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIVIDADES VIGILÂNCIA SANITÁRIA |
| 02.06.01.10.304.0015.2043.3.3.90.39.00 | 265 | 1.500.000.000 | |
| 02.06.01.10.305.0015.2042.3.3.90.36.00 | 273 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA |
| | | 1.600.000.000 | |
| 02.06.01.10.305.0015.2042.3.3.90.39.00 | 274 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.600.000.000 | |
| 02.07.01.15.452.0020.2049.3.3.90.36.00 | 307 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA |
| 02.07.01.15.452.0020.2049.3.3.90.39.00 | 308 | 1.500.000.000 | |
| 02.07.01.17.512.0018.2045.3.3.90.39.00 | 313 | 1.500.000.000 | MANUT. DO SISTEMA DE ÁGUA/ESGOTO/PLUVIAL |
| 02.07.01.24.722.0020.2099.3.3.90.36.00 | 316 | 1.500.000.000 | MANUT. EM TORRES DE TRANSMISSÃO DE SINAL |
| 02.07.01.24.722.0020.2099.3.3.90.39.00 | 317 | 1.500.000.000 | |
| 02.07.01.25.752.0020.2048.3.3.90.39.00 | 320 | 1.500.000.000 | MANUT. ILUM. PÚBL. /SERV. ENERG. ELÉTRICA |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.07.01.26.782.0020.2050.3.3.90.36.00 | 332 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIV. TRANSPORTE EST. VICINAIS |
| 02.07.01.26.782.0020.2050.3.3.90.39.00 | 333 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.710.000.000 | |
| | | 1.750.000.000 | |
| 02.08.01.20.606.0029.2051.3.3.90.36.00 | 344 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS |
| 02.08.01.20.606.0029.2051.3.3.90.39.00 | 345 | 1.500.000.000 | |
| 02.09.01.08.243.0017.2084.3.3.90.36.00 | 364 | 1.500.000.000 | |



| | | | |
|--|-----|---------------|---|
| 02.09.01.08.243.0017.2084.3.3.90.39.00 | 365 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR |
| 02.10.01.27.812.0014.2057.3.3.90.36.00 | 378 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESPORTO |
| 02.10.01.27.812.0014.2057.3.3.90.39.00 | 379 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.11.01.18.541.0023.2059.3.3.90.36.00 | 391 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DO VIVEIRO DE MUDAS |
| 02.11.01.18.541.0023.2059.3.3.90.39.00 | 392 | 1.500.000.000 | |
| 02.12.01.08.122.0032.2061.3.3.90.36.00 | 396 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO BOLSA FAMÍLIA, IGD E IGD SUAS |
| 02.12.01.08.122.0032.2061.3.3.90.39.00 | 397 | 1.660.000.000 | |
| | | 1.500.000.000 | |
| | | 1.660.000.000 | |
| 02.12.01.08.245.0032.2060.3.3.90.36.00 | 409 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS |
| | | 1.660.000.000 | |
| | | 1.661.000.000 | |
| 02.12.01.08.245.0032.2060.3.3.90.39.00 | 410 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.660.000.000 | |
| | | 1.661.000.000 | |
| 02.12.02.08.243.0032.2083.3.3.90.36.00 | 423 | 1.500.000.000 | MANUT. ASSISTÊNCIA CRIANÇA E ADOLESCENTE |
| | | 1.660.000.000 | |
| 02.12.02.08.243.0032.2083.3.3.90.39.00 | 424 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.661.000.000 | |
| 02.13.01.12.361.0009.2095.3.3.90.36.00 | 432 | 1.540.000.000 | MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL |
| 02.13.01.12.361.0009.2095.3.3.90.39.00 | 433 | 1.540.000.000 | |
| 02.13.01.12.365.0011.2096.3.3.90.36.00 | 440 | 1.540.000.000 | MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL |
| 02.13.01.12.365.0011.2096.3.3.90.39.00 | 441 | 1.540.000.000 | |
| 02.13.01.12.365.0011.2097.3.3.90.36.00 | 447 | 1.540.000.000 | MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ ESCOLAR |
| 02.13.01.12.366.0009.2090.3.3.90.36.00 | 453 | 1.540.000.000 | MANUTENÇÃO ENSINO PARA JOVENS E ADULTOS |
| 02.13.01.12.366.0009.2090.3.3.90.39.00 | 454 | 1.540.000.000 | |
| 02.14.01.13.122.0013.2074.3.3.90.36.00 | 460 | 1.500.000.000 | SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA E TURISMO |
| 02.14.01.13.122.0013.2074.3.3.90.39.00 | 461 | 1.500.000.000 | |
| 02.14.02.13.392.0013.2079.3.3.90.36.00 | 479 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO BENS TOMBADOS REGIST. INVENTA |
| 02.14.02.13.392.0013.2079.3.3.90.39.00 | 480 | 1.500.000.000 | |
| 02.14.03.23.695.0033.2087.3.3.90.36.00 | 488 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TURISMO |
| 02.14.03.23.695.0033.2087.3.3.90.39.00 | 489 | 1.500.000.000 | |

10.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, quando for o caso.

11 – DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

11.1 - O contrato a ser firmado, cuja minuta (Anexo V) integra o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se subsidiariamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12 – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 - Os serviços especificados nos Anexos deverão ser executados pelo credenciado no local acordado entre as partes, e dentro das normas do edital.

13 – DOS RECURSOS

13.1. Aos credenciados é assegurado o direito de interposição de Recurso diretamente na plataforma eletrônica do credenciamento, no endereço <https://licitanet.com.br/>, nos termos do art. 79, da Lei nº 14133/2021 o qual será recebido e processado em meio eletrônico, nos termos ali estabelecidos.

14 – DOS PREÇOS PRATICADOS

14.1 - O valor foi previamente fixado pela Administração Pública, com fundamento no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando critérios técnicos, orçamentários e a compatibilidade com os preços praticados no mercado, conforme definido neste Termo de Referência que se encontra no Anexo I deste edital.

15 – DOS ANEXOS

15.1 - Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- ANEXO I** – Termo de Referência;
- ANEXO II** – Estudo Técnico Preliminar;
- ANEXO III** – Proposta de Credenciamento;
- ANEXO IV** – Minuta do Termo de Contrato.

Município de Itanhomi-MG, 06 de novembro de 2025.

LAERTE ALVES MARTINS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1 - O presente Edital tem por objeto o credenciamento de empresas especializadas para a prestação de serviços de locação de máquinas e veículos pesados, destinados a promover a melhoria contínua da eficiência dos serviços públicos municipais da Prefeitura de Itanhomi/MG. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 - Para atender a demanda estima-se o consumo de consultas, conforme quantidades estabelecidas na tabela a seguir:

1.2.1 - Média apurada através de pesquisas junto a Plataforma Licitar Digital:

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UNID. | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|--|--------|--------|-------------|-------------|
| 01 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO BASCULANTE (TOCO) COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6/8M³, SENDO QUE O COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E O MOTORISTA FICARÁ POR CONTA DO LOCADOR. | DIÁRIA | 300 | 1.042,43 | 312.729 |
| 02 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO BASCULANTE (TRUCK) COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10/12M³, SENDO QUE O COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E O MOTORISTA FICARÁ POR CONTA DO LOCADOR. | DIÁRIA | 300 | 1.625,13 | 487.539 |
| 03 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) GUINDAUTO: VEÍCULO EQUIPADO COM UM GUINDASTE ARTICULADO HIDRÁULICO (MUNK) COM CAPACIDADE DE ELEVAÇÃO MÍNIMA DE 12 TONELADAS E ALCANÇE MÍNIMO DE 10 METROS, SENDO O COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E O OPERADOR FICARÁ POR CONTA DO LOCADOR. | DIÁRIA | 100 | 1.827,78 | 182.778 |
| 04 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO PIPA DESTINADO AO TRANSPORTE DE ÁGUA POTÁVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 (DEZ) METROS CÚBICOS (10M³), SENDO O COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E O OPERADOR FICARÁ POR CONTA DO LOCADOR. | DIÁRIA | 250 | 760,00 | 190.000 |
| 05 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO PRANCHA TRUCK COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 8,5M (OITO METROS E MEIO) E NO MÍNIMO 2.5M (DOIS METROS E MEIO) DE LARGURA, COM RAMPA ACOPLADA, COM TODAS AS DESPESAS COM OPERADOR, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E TRANSPORTE POR CONTA DO LOCADOR. | KM | 15.000 | 12,54 | 188.100 |
| 06 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO, CAMINHONETE OU CAMINHÃO LEVE, EQUIPADO COM CESTO AÉREO COM ISOLAMENTO ELÉTRICO, ACOPLADO A BRAÇO | HORA | 300 | 222,48 | 66.744 |

| | | | | | |
|-------------------------|--|------|-------|--------|------------------|
| | ARTICULADO OU TELESCÓPICO, DESDE QUE TENHA O ALCANCE MÍNIMO DE 10 (DEZ) METROS DE ALTURA, POSSUINDO CERTIFICAÇÃO ADEQUADA PARA TRABALHO COM REDES ENERGIZADAS, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DO CESTO DE 136KG, CONFORME NORMAS VIGENTES. | | | | |
| 07 | LOCAÇÃO DE 01 (UMA) MINI ESCAVADEIRA COMPACTA MOVIDA A DIESEL (ENTRE 17 KW E 25 KW DE POTÊNCIA) COM SISTEMA HIDRÁULICO PRECISO. COM BRAÇO ARTICULADO E CONCHA PARA ESCAVAÇÃO, PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO MÍNIMA DE 03 (TRÊS) METROS. COM LÂMINA FRONTAL USADA PARA ESTABILIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO, COMBUSTÍVEL, LUBRIFICAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTE, OPERADOR, QUAISQUER DEMAIS MANUTENÇÕES E REFEIÇÃO POR CONTA DO LOCADOR. | HORA | 1.000 | 203,47 | 203.470 |
| 08 | LOCAÇÃO DE 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA, COM DOIS BRAÇOS: UM NA FRENTE, TIPO PÁ CARREGADEIRA, E UM ATRÁS, TIPO ESCAVADEIRA. TRAÇÃO 4X2 OU 4X4. COM CAPACIDADE OPERACIONAL MÍNIMA DE 6,5 TON (SEIS TONELADAS E MEIA), MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO, COMBUSTÍVEL, LUBRIFICAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTE, OPERADOR, QUAISQUER DEMAIS MANUTENÇÕES E REFEIÇÃO POR CONTA DO LOCADOR. | HORA | 1.500 | 239,52 | 359.280 |
| 09 | LOCAÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM CAPACIDADE OPERACIONAL MÍNIMA DE 13 (TREZE) TONELADAS, COM MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO, COMBUSTÍVEL, LUBRIFICAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTE, OPERADOR, QUAISQUER DEMAIS MANUTENÇÕES E REFEIÇÃO POR CONTA DO LOCADOR. | HORA | 4.000 | 313,33 | 1.253.320 |
| TOTAL GERAL R\$: | | | | | 3.243.960 |

1.3 - O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.243.960**(três milhões, duzentos e quarenta e três mil, novecentos e sessenta reais), conforme custos apostos na tabela acima. O valor foi estimado observando os critérios do inciso III do art. 23 da lei 14.133/21, que tem como base a utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, sendo uma delas a Plataforma Licitar Digital, onde os valores são filtrados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

1.4 - O valor apresentado na tabela acima, foi previamente fixado pela Administração Pública, com fundamento no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando critérios técnicos, orçamentários e a compatibilidade com os preços praticados no mercado, conforme definido neste Termo de Referência.

1.5 - O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período.

1.6 - Na hipótese de prorrogação do contrato, o quantitativo será aditivado em montante equivalente ao originalmente previsto no instrumento contratual.

1.7 - As contratações decorrentes deste credenciamento visam assegurar que as atividades administrativas e operacionais sejam executadas com maior qualidade, celeridade e efetividade, contribuindo para a otimização dos recursos públicos.

1.8 - Adicionalmente, objetiva-se a satisfação plena dos munícipes, por meio da oferta de serviços que atendam às suas demandas e expectativas, alinhados aos princípios da legalidade, eficiência, transparência e economicidade, conforme dispõe a legislação vigente.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 - A presente contratação de prestadores de serviços, por meio de credenciamento para locação de caminhões e máquinas, justifica-se pela necessidade do Município de Itanhomi-MG em garantir suporte logístico e operacional adequado às atividades públicas essenciais, especialmente nas áreas de infraestrutura, transporte, agricultura, meio ambiente e obras. Trata-se de uma demanda recorrente e variável, que exige prontidão e disponibilidade de equipamentos, conforme as necessidades de cada secretaria municipal. O fornecimento de máquinas e caminhões por locação atende ao princípio da economicidade e ao interesse público, uma vez que evita altos investimentos em aquisição e manutenção de frota própria, além de permitir maior flexibilidade na gestão e uso dos recursos públicos.

2.2 - Dessa forma, em consonância com os princípios da administração pública, notadamente a eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, o Município busca, por meio do credenciamento, habilitar empresas aptas a oferecer os equipamentos necessários com agilidade, qualidade e segurança, de forma descentralizada e conforme a demanda de cada unidade gestora. A contratação permitirá o atendimento contínuo e imediato das necessidades operacionais do Município, garantindo a execução de obras, serviços emergenciais, ações de manutenção e demais intervenções de interesse coletivo.

2.3 - Esta Contratação encontra-se respaldada no art. 79 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

(...)

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

2.4 - O contratado deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se principalmente para as prescrições contidas no art. 79 da Lei nº 14.133/2021– Código de Defesa do Consumidor.

2.5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

2.6 - O Município de Itanhomi-MG necessita de uma solução eficiente, contínua e juridicamente segura para assegurar que as atividades administrativas e operacionais sejam executadas com maior qualidade, celeridade e efetividade, contribuindo para a otimização dos recursos públicos, destinados ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas, Transporte e Urbanismo e Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A contratação por meio da modalidade de Credenciamento apresenta-se como a alternativa mais viável, pois permite a habilitação contínua de fornecedores interessados, desde que atendam aos requisitos definidos em edital, promovendo flexibilidade, legalidade, economicidade e segurança jurídica à gestão pública municipal.

2.7 - O credenciamento consiste em procedimento administrativo de chamamento público por meio do qual pessoas jurídicas que atendam aos critérios técnicos, jurídicos e de habilitação previstos no edital poderão ser cadastradas junto ao Município para prestação de serviços descritos tabela acima sob demanda. A formalização da contratação ocorrerá à medida que as necessidades forem surgindo, sem a obrigatoriedade de exclusividade ou de contratação imediata, sendo os pagamentos efetuados com base na efetiva prestação dos serviços, conforme as condições pactuadas.

Prestação dos Serviços:

Local de Execução:

Sede da Contratada: Os serviços serão prestados nas instalações da contratada, mas também nas repartições públicas, distritos e povoados, bem como nas estradas vicinais e córrego da zona urbana, onde a contratada que será responsável por fornecer todos os materiais, equipamentos e pessoal necessário para a execução das atividades.

Organização e Monitoramento:

Estrutura e Transparência:

Planejamento Estruturado: Programar um processo de trabalho organizado que assegure eficiência e qualidade em cada etapa do serviço.

Transparência nas Operações: Manter comunicação clara e aberta com a administração municipal, fornecendo atualizações regulares sobre o andamento dos serviços.

Fiscalização e Controle de Qualidade:

Supervisão pela Administração: A administração municipal será responsável por fiscalizar a execução dos serviços, garantindo que todas as atividades estejam em conformidade com o contrato.

Condições Contratuais:

Vigência do Contrato/Termo de credenciamento:



Duração: O contrato/Termo de credenciamento terá vigência até 12 meses, assegurando a continuidade dos serviços de tornearia mecânica para as necessidades municipais.

Responsabilidades da Contratada:

Fornecimento Integral: A empresa contratada será responsável por fornecer todos os materiais, equipamentos e pessoal necessário para a execução dos serviços.

Conformidade com Normas: A contratada deverá cumprir todas as normas técnicas e regulatórias aplicáveis aos serviços de usinagem e manutenção.

O credenciamento é possível quando se tratar dos seguintes casos: de contratação paralela e não excludente, seleção a critério de terceiros, e em mercados fluidos.

A opção pelo Procedimento de Credenciamento deve considerar:

Divulgação Pública: Chamamento público com divulgação ampla para garantir a participação de todos os interessados, ficando permanentemente aberto.

Condições Padronizadas: Estabelecimento de critérios claros e objetivos para a seleção e contratação dos serviços.

Seleção e Ordem de Serviços: Implementação de um sistema de sorteio e rodízio para assegurar oportunidades iguais a todos os credenciados.

Definição de Requisitos (Pessoas Jurídicas): A Secretaria responsável definirá, no edital de credenciamento, os critérios de habilitação jurídica, técnica e econômico-financeira, incluindo, por exemplo:

Requerimento de credenciamento conforme modelo disponibilizado no edital;

Contrato social ou outro documento que comprove a atividade compatível com a locação de caminhões e máquinas;

Comprovação de regularidade fiscal (Certidões de FGTS, INSS, Tributos Federais, Estaduais e Municipais);

Comprovação de regularidade trabalhista (CNDT);

Certificado de Registro Cadastral (CRC), se exigido;

Relação dos equipamentos disponíveis para locação com respectivos documentos de propriedade ou posse;

Comprovante de inscrição dos equipamentos junto aos órgãos competentes (como Detran ou CREA, conforme aplicável);

Declaração de responsabilidade técnica, quando exigido;

Apólice de seguro dos veículos e máquinas, se for requisito do edital.

Apresentação de Documentos: Os interessados apresentarão os documentos exigidos no edital de forma eletrônica, conforme previsão do ato convocatório. Estando a documentação completa e regular, o interessado será incluído na lista de credenciados, aptos a serem convocados conforme necessidade da Administração.

Contratação e Execução: A contratação será formalizada por meio de instrumento específico com cada fornecedor credenciado, a partir da emissão de Ordem de Serviço ou Autorização de Execução pela secretaria demandante, conforme as condições, prazos e valores definidos no termo de referência.

Definição de Requisitos (Pessoas Físicas): A Secretaria responsável definirá, no edital de credenciamento, os critérios de habilitação jurídica, técnica, incluindo, por exemplo:

Requerimento de credenciamento conforme modelo disponibilizado no edital;
Comprovação de regularidade fiscal (Certidões de INSS, Tributos Federais, Estaduais, Municipais, Eleitoral e Judicial Cível e Criminal);
Comprovação de regularidade trabalhista (CNDT);
Relação dos equipamentos disponíveis para locação com respectivos documentos de propriedade ou posse;
Comprovante de inscrição dos equipamentos junto aos órgãos competentes.
Declaração de responsabilidade técnica, quando exigido;

Gestão e Coordenação

Monitoramento e Fiscalização: A fiscalização da execução dos serviços ficará a cargo das secretarias requisitantes, que utilizarão checklists, relatórios de execução, diários de obra e medições técnicas para controle e conferência dos serviços prestados. Indicadores de pontualidade, regularidade, tempo de resposta, estado dos equipamentos e cumprimento das ordens de serviço serão utilizados para avaliação da qualidade dos serviços.

Remuneração

Modelo de Pagamento: O pagamento será realizado apenas pelos serviços efetivamente executados, conforme medições ou relatórios validados pelo setor competente. Os valores serão definidos na tabela anexa ao edital de credenciamento e pagos mediante apresentação de nota fiscal, boletim de medição e relatório técnico assinado.

Apoio Técnico e Demandas Especiais

Encaminhamentos e Demandas específicas: Os prestadores de serviços poderão ser acionados para demandas emergenciais, de difícil acesso ou de alta complexidade, devendo atender com a máxima agilidade e dentro dos parâmetros técnicos exigidos, conforme previsto no contrato.

Relatórios e Registros Técnicos: Poderá ser exigida a apresentação de relatórios resumidos de execução dos serviços, como comprovação de horas trabalhadas, quilometragem rodada, localidade atendida e tipo de equipamento utilizado, como forma de controle gerencial e auditoria.

2.8 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

2.9 - Os requisitos da contratação estão descritos em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento que integra este Termo de Referência.

3 - MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

3.1 - Os serviços descritos acima deverão atender integralmente às especificações técnicas e quantidades descritas no respectivo Pedido de Fornecimento, devendo os equipamentos estar disponíveis para uso no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação formal por parte da Administração.

3.2 - A empresa contratada, a partir da assinatura do contrato, deverá garantir a disponibilidade e o fornecimento dos maquinários requisitados sempre que demandado, assegurando o atendimento às necessidades operacionais das secretarias solicitantes, com ênfase na continuidade e eficiência dos serviços públicos.

3.3 - Serão adotados procedimentos sistemáticos de controle e monitoramento para assegurar que os maquinários locados estejam em perfeitas condições de uso, com manutenção preventiva e corretiva em dia, conforme as exigências do Termo de Referência. A fiscalização poderá incluir vistorias técnicas e relatórios de funcionamento e manutenção.

3.4 - Os demais aspectos da prestação dos serviços objeto deste instrumento encontram-se detalhados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3.5 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO CONTRATANTE:

3.5.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas apresentadas pela contratada, mediante verificação da efetiva disponibilização e operação dos maquinários, conforme definido nos documentos contratuais;

3.5.2 - Aplicar as penalidades previstas no contrato, em caso de descumprimento das cláusulas contratuais ou das especificações técnicas;

3.5.3 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos necessários à perfeita execução contratual, quando formalmente solicitados pela contratada;

3.5.4 - Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados, após atesto do setor competente e apresentação da nota fiscal, nos prazos estipulados contratualmente;

3.5.5 - Notificar formalmente a contratada sobre eventuais penalidades, assegurando o contraditório e a ampla defesa;

3.5.6 - Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, garantindo o fiel cumprimento do objeto contratual.

3.6 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA CONTRATADA:

3.6.1 - Disponibilizar os maquinários e equipamentos necessários conforme prazos, condições, especificações e locais definidos no edital e seus anexos, especialmente no Termo de Referência;

3.6.2 - Assegurar que os equipamentos estejam em perfeitas condições de uso, acompanhados de operadores qualificados, quando exigido, e com todos os insumos necessários ao pleno funcionamento, como combustíveis e lubrificantes;

3.6.3 - Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relativas à execução do contrato, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, logísticos, seguros, manutenção, transporte e demais custos incidentes;

3.6.4 - Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

3.6.5 - Cumprir integralmente as obrigações assumidas na proposta apresentada e no Termo de Referência, responsabilizando-se por quaisquer falhas, atrasos ou vícios na prestação dos serviços.

4 - ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

4.1 - Não haverá exigência de garantia contratual, conforme disposto nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

5.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

5.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º), nos casos em que couber.

5.3 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

5.3.1 - O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

5.3.2 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

5.4 - O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

5.5 - Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

5.5.1 - A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

5.6 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

5.7 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).



5.8 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão dos serviços, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente. As alterações e circunstâncias deverão ser formalizadas através de apostila ao contrato.

5.9 - As comunicações entre a entidade contratante do Município e a empresa prestadora dos serviços devem ser feitas por escrito, garantindo a formalidade necessária. O uso de mensagens eletrônicas é permitido para facilitar a comunicação.

5.10 - A entidade contratante poderá solicitar a presença de representantes da empresa contratada para discussões ou providências urgentes relacionadas à execução do contrato.

5.11 - Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade contratante poderá realizar uma reunião inicial com o representante da prestadora de serviço. Nesta reunião, será apresentado um plano detalhado de fiscalização do contrato, abordando as obrigações contratuais, os mecanismos de fiscalização, estratégias para eficaz execução do fornecimento, o plano complementar de ações da contratada (se aplicável), métodos para aferição dos resultados e sanções aplicáveis, entre outros pontos importantes.

5.12 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.13 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.14 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.15 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.16 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.17 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.18 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

5.19 - Fica designado como Fiscal do Contrato o servidor PEDRO AUGUSTO AREDES MOTA, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a realização do serviço prestado.

6.3 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

6.3.1 - A situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas na legislação pertinente.

6.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.5 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.6 - Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta à certidão de regularidade fiscal para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

6.7 - A situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 03 (três) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.8 - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão contratante, proibição de contratar com o Poder Público.

6.9 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à

inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.10 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.11 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela manutenção do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

6.12 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 - A Modalidade de Contratação será o CREDENCIAMENTO, nos termos do Art. 78, inciso I, Art. 79, inciso I, ambos da Lei Nº 14.133/2021 e regulamentada pelo Decreto Federal 11.878/2024, tendo em vista a **necessidade contínua, descentralizada e variável de diversos serviços que atendam às suas demandas e expectativas, alinhados aos princípios da legalidade, eficiência, transparência e economicidade** por parte das diversas secretarias municipais. O credenciamento permite à Administração **habilitar diversos prestadores interessados**, desde que atendam aos requisitos técnicos e legais previstos em edital, sem a necessidade de competição direta entre eles, assegurando maior flexibilidade, economicidade e agilidade nas contratações conforme a demanda.

7.2 - Nos termos da legislação vigente, o **credenciamento é o instrumento mais adequado** para atender contratações que ocorrem de forma contínua e não exclusiva, possibilitando que o Município disponha de uma **rede de prestadores aptos a fornecer equipamentos locados conforme a necessidade real**. Essa modalidade é especialmente indicada quando não se pode prever com exatidão o volume ou a frequência dos serviços, permitindo à Administração **contratar de forma isonômica, proporcional e transparente** os serviços à medida que a demanda se apresenta.

7.3 - Adoção do credenciamento possibilita à Administração Pública **avaliar previamente a capacidade técnica e documental dos interessados**, cadastrando apenas aqueles que estiverem em conformidade com os critérios definidos no edital, e assegurando, assim, que a prestação dos serviços ocorra de maneira eficaz, segura e padronizada.

7.3.1 - Poderão se credenciar todos os interessados que atenderem às exigências previstas no edital, incluindo documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e comprovação da posse ou disponibilidade dos equipamentos ofertados. O processo será **aberto, contínuo e isonômico**, respeitando os princípios da impessoalidade, publicidade, legalidade e eficiência.

7.3.2 - Diferentemente das modalidades competitivas, o **credenciamento não estabelece disputa entre os interessados**, mas sim **viabiliza o cadastramento paralelo de todos os prestadores aptos**, garantindo maior **disponibilidade de recursos e resposta rápida às demandas operacionais** da Administração Pública.

7.3.3 - O modelo adotado visa garantir segurança jurídica, eficiência administrativa e atendimento célere às necessidades da população, assegurando que os serviços ocorram dentro de padrões mínimos de qualidade técnica, com preços previamente definidos e acompanhamento rigoroso pela fiscalização. Com isso, o Município de Itanhomi-MG estabelece um modelo de contratação ágil, transparente e alinhado às boas práticas da gestão pública.

7.4 - Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados observará o princípio da isonomia, assegurando igualdade de oportunidades entre os interessados, conforme os critérios de distribuição de demanda a seguir estabelecidos:

7.4.1 - A distribuição da demanda será realizada com base na ordem cronológica de credenciamento, conforme o registro das propostas, sendo a prestação dos serviços dividida de forma proporcional entre os credenciados.

7.4.2 - Caso o credenciado não esteja disponível para atender à solicitação da Administração na data designada, será convocado o próximo da ordem, seguindo a sequência estabelecida.

8 - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO

8.1 - Após interregno de um ano, a contar da data do orçamento estimado, a pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.1.1 - Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

9.1.2 - A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

| CÓDIGO DA DOTAÇÃO | FICHA | FONTE | NOMENCLATURA |
|--|--------------|---------------|--|
| 02.01.01.04.122.0001.2007.3.3.90.36.00 | 58 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIVIDADES DO GABINETE PREFEITO |
| 02.01.01.04.122.0001.2007.3.3.90.39.00 | 59 | 1.500.000.000 | |
| 02.03.01.04.122.0003.2010.3.3.90.36.00 | 84 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIV. SEC. MUNIC. ADMINISTRAÇÃO |
| 02.03.01.04.122.0003.2010.3.3.90.39.00 | 85 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.501.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.04.01.04.123.0007.2016.3.3.90.36.00 | 123 | 1.500.000.000 | MANUT. SECRETARIA FAZENDA ATIV. MUNIC. |
| 02.04.01.04.123.0007.2016.3.3.90.39.00 | 124 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.501.000.000 | |
| | | 1.752.000.000 | |
| | | 1.720.000.000 | |
| 02.05.01.12.122.0008.2019.3.3.90.36.00 | 148 | 1.500.000.000 | |
| 02.05.01.12.122.0008.2019.3.3.90.39.00 | 149 | 1.500.000.000 | |



| | | | |
|--|-----|---------------|---|
| | | 1.751.000.000 | MANUT. ATIV. SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO |
| 02.05.01.12.361.0009.2022.3.3.90.36.00 | 166 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL |
| | | 1.550.000.000 | |
| 02.05.01.12.361.0009.2022.3.3.90.39.00 | 167 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.550.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.05.01.12.361.0010.2025.3.3.90.36.00 | 173 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR |
| | | 1.576.001.000 | |
| 02.05.01.12.361.0009.2022.3.3.90.39.00 | 174 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.550.000.000 | |
| | | 1.553.000.000 | |
| | | 1.576.001.000 | |
| 02.05.01.12.365.0011.2028.3.3.90.36.00 | 185 | 1.500.000.000 | MANUT. DAS ATIVIDADES DA CRECHE |
| 02.05.01.12.365.0011.2028.3.3.90.39.00 | 186 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.550.000.000 | |
| 02.06.01.10.122.0015.2034.3.3.90.36.00 | 212 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE |
| 02.06.01.10.122.0015.2034.3.3.90.39.00 | 213 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.06.01.10.301.0015.2035.3.3.90.36.00 | 227 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIV. ASSIST. MÉDICA ODONTOLÓGICA |
| | | 1.600.000.000 | |
| | | 1.621.000.000 | |
| 02.06.01.10.301.0015.2035.3.3.90.39.00 | 228 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.600.000.000 | |
| | | 1.621.000.000 | |
| | | 1.659.002.000 | |
| 02.07.01.04.122.0020.2046.3.3.90.39.00 | 283 | 1.500.000.000 | MANUT. SEC. VIAÇÃO, OBRAS, TRANSP. URBAN |
| 02.07.01.15.451.0020.2047.3.3.90.36.00 | 303 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES URBANAS |
| | | 1.500.000.000 | |
| 02.07.01.15.451.0020.2047.3.3.90.39.00 | 304 | 1.501.000.000 | |
| | | 1.703.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.09.01.08.122.0017.2052.3.3.90.36.00 | 356 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIV. SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| 02.09.01.08.122.0017.2052.3.3.90.39.00 | 357 | 1.500.000.000 | |
| 02.11.01.18.122.0023.2058.3.3.90.36.00 | 385 | 1.500.000.000 | MANUT ATIV. SETOR DE MEIO AMBIENTE |
| 02.11.01.18.122.0023.2058.3.3.90.39.00 | 386 | 1.500.000.000 | |
| 02.03.01.06.181.0004.2012.3.3.90.36.00 | 96 | 1.500.000.000 | |



| | | | |
|--|-----|---------------|---|
| 02.03.01.06.181.0004.2012.3.3.90.39.00 | 97 | 1.500.000.000 | MANUT. CONVÊNIO COM A POLICIA MILITAR |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.03.01.06.181.0004.2013.3.3.90.36.00 | 99 | 1.500.000.000 | MANUT. CONVENIO COM A POLICIA CIVIL |
| 02.03.01.06.181.0004.2013.3.3.90.39.00 | 100 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.03.01.06.181.0004.2015.3.3.90.36.00 | 107 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL |
| 02.03.01.06.181.0004.2015.3.3.90.39.00 | 108 | 1.500.000.000 | |
| 02.05.01.12.366.0009.2029.3.3.90.36.00 | 201 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO ENSINO PARA JOVENS E ADULTOS |
| 02.05.01.12.366.0009.2029.3.3.90.39.00 | 202 | 1.500.000.000 | |
| 02.06.01.10.301.0015.2065.3.3.90.36.00 | 235 | 1.500.000.000 | PRAÇA SAUDÁVEL ACADEMIA DA MELHOR IDADE |
| | | 1.600.000.000 | |
| 02.06.01.10.301.0015.2065.3.3.90.39.00 | 236 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.600.000.000 | |
| 02.06.01.10.302.0015.2037.3.3.90.36.00 | 240 | 1.500.000.000 | MANUT. DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO MAC |
| | | 1.659.002.000 | |
| 02.06.01.10.302.0015.2037.3.3.90.39.00 | 241 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FARMACÊUTICAS |
| | | 1.600.000.000 | |
| | | 1.659.002.000 | |
| 02.06.01.10.303.0015.2064.3.3.90.36.00 | 255 | 1.600.000.000 | |
| 02.06.01.10.303.0015.2064.3.3.90.39.00 | 256 | 1.600.000.000 | |
| 02.06.01.10.304.0015.2043.3.3.90.36.00 | 264 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIVIDADES VIGILÂNCIA SANITÁRIA |
| 02.06.01.10.304.0015.2043.3.3.90.39.00 | 265 | 1.500.000.000 | |
| 02.06.01.10.305.0015.2042.3.3.90.36.00 | 273 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA |
| | | 1.600.000.000 | |
| 02.06.01.10.305.0015.2042.3.3.90.39.00 | 274 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.600.000.000 | |
| 02.07.01.15.452.0020.2049.3.3.90.36.00 | 307 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA |
| 02.07.01.15.452.0020.2049.3.3.90.39.00 | 308 | 1.500.000.000 | |
| 02.07.01.17.512.0018.2045.3.3.90.39.00 | 313 | 1.500.000.000 | MANUT. DO SISTEMA DE ÁGUA/ESGOTO/PLUVIAL |
| 02.07.01.24.722.0020.2099.3.3.90.36.00 | 316 | 1.500.000.000 | MANUT. EM TORRES DE TRANSMISSÃO DE SINAL |
| 02.07.01.24.722.0020.2099.3.3.90.39.00 | 317 | 1.500.000.000 | |
| 02.07.01.25.752.0020.2048.3.3.90.39.00 | 320 | 1.500.000.000 | MANUT. ILUM. PÚBL. /SERV. ENERG. ELÉTRICA |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.07.01.26.782.0020.2050.3.3.90.36.00 | 332 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIV. TRANSPORTE EST. VICINAIS |
| 02.07.01.26.782.0020.2050.3.3.90.39.00 | 333 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.710.000.000 | |



| | | | |
|--|-----|---------------|-------------------------|
| | | 1.750.000.000 | |
| 02.08.01.20.606.0029.2051.3.3.90.36.00 | 344 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DAS |
| 02.08.01.20.606.0029.2051.3.3.90.39.00 | 345 | 1.500.000.000 | ATIVIDADES |
| 02.09.01.08.243.0017.2084.3.3.90.36.00 | 364 | 1.500.000.000 | AGROPECUÁRIAS |
| 02.09.01.08.243.0017.2084.3.3.90.39.00 | 365 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DO |
| 02.10.01.27.812.0014.2057.3.3.90.36.00 | 378 | 1.500.000.000 | ATIVIDADES |
| 02.10.01.27.812.0014.2057.3.3.90.39.00 | 379 | 1.500.000.000 | CONSELHO TUTELAR |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.11.01.18.541.0023.2059.3.3.90.36.00 | 391 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DAS |
| 02.11.01.18.541.0023.2059.3.3.90.39.00 | 392 | 1.500.000.000 | ATIVIDADES DE |
| | | | DESPORTO |
| 02.12.01.08.122.0032.2061.3.3.90.36.00 | 396 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DO |
| 02.12.01.08.122.0032.2061.3.3.90.39.00 | 397 | 1.500.000.000 | VIVEIRO DE MUDAS |
| | | 1.660.000.000 | |
| | | 1.660.000.000 | MANUTENÇÃO BOLSA |
| | | 1.500.000.000 | FAMÍLIA, IGD E IGD SUAS |
| | | 1.660.000.000 | |
| 02.12.01.08.245.0032.2060.3.3.90.36.00 | 409 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.660.000.000 | |
| | | 1.661.000.000 | MANUTENÇÃO DOS |
| 02.12.01.08.245.0032.2060.3.3.90.39.00 | 410 | 1.500.000.000 | PROGRAMAS SOCIAIS |
| | | 1.660.000.000 | |
| | | 1.661.000.000 | |
| 02.12.02.08.243.0032.2083.3.3.90.36.00 | 423 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.660.000.000 | MANUT. ASSISTÊNCIA |
| 02.12.02.08.243.0032.2083.3.3.90.39.00 | 424 | 1.500.000.000 | CRIANÇA E ADOLESCENTE |
| | | 1.661.000.000 | |
| 02.13.01.12.361.0009.2095.3.3.90.36.00 | 432 | 1.540.000.000 | MANUTENÇÃO DO ENSINO |
| 02.13.01.12.361.0009.2095.3.3.90.39.00 | 433 | 1.540.000.000 | FUNDAMENTAL |
| 02.13.01.12.365.0011.2096.3.3.90.36.00 | 440 | 1.540.000.000 | MANUTENÇÃO DO ENSINO |
| 02.13.01.12.365.0011.2096.3.3.90.39.00 | 441 | 1.540.000.000 | INFANTIL |
| 02.13.01.12.365.0011.2097.3.3.90.36.00 | 447 | 1.540.000.000 | MANUTENÇÃO DO ENSINO |
| 02.13.01.12.366.0009.2090.3.3.90.36.00 | 453 | 1.540.000.000 | PRÉ ESCOLAR |
| 02.13.01.12.366.0009.2090.3.3.90.39.00 | 454 | 1.540.000.000 | MANUTENÇÃO ENSINO |
| 02.14.01.13.122.0013.2074.3.3.90.36.00 | 460 | 1.500.000.000 | PARA JOVENS E ADULTOS |
| 02.14.01.13.122.0013.2074.3.3.90.39.00 | 461 | 1.500.000.000 | SECRETARIA MUNICIPAL |
| 02.14.02.13.392.0013.2079.3.3.90.36.00 | 479 | 1.500.000.000 | CULTURA E TURISMO |
| 02.14.02.13.392.0013.2079.3.3.90.39.00 | 480 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO BENS |
| | | | TOMBADOS REGIST. |
| | | | INVENTA |



| | | | | |
|--|-----|---------------|-----------------------|-----|
| 02.14.03.23.695.0033.2087.3.3.90.36.00 | 488 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO | DAS |
| 02.14.03.23.695.0033.2087.3.3.90.39.00 | 489 | 1.500.000.000 | ATIVIDADES DO TURISMO | |

9.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, quando for o caso.

Itanhomi-MG, 13 de outubro de 2025.

CARLOS DIOGO FONTES

Secretário Municipal de Viação, Obras Públicas, Transporte e Urbanismo

JUAREZ ANDRE CAETANO

Secretário Municipal de Meio Ambiente

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Informações Básicas

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública. Que visa o ***Credenciamento de empresas especializadas para a prestação de serviços de locação de máquinas e veículos pesados, destinados a promover a melhoria contínua da eficiência dos serviços públicos municipais da Prefeitura de Itanhomi/MG***

Trata-se de um modelo de fornecimento adotado de forma comum e habitual pela Administração Pública do Município de Itanhomi, tendo obtido bons resultados para as Contratantes.

Em outras linhas, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade avaliar o histórico do modelo do objeto atualmente em execução no Município, observar as necessidades das secretarias integrantes do Poder Executivo, levantar os requisitos técnicos necessários para atender essas necessidades, aferir as condições que o mercado oferece e, por fim, analisar a viabilidade da contratação centralizada. Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados, não é decisão de livre arbítrio desta equipe. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

1 - Descrição da necessidade

1.1 - A presente contratação tem por finalidade o Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de locação de máquinas e veículos pesados, destinados a atender às demandas operacionais das diversas secretarias municipais de Itanhomi/MG.

1.2 – Finalidade

O credenciamento visa garantir a **eficiência, continuidade e qualidade dos serviços públicos essenciais**, tais como:

Execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rural;

Manutenção e recuperação de vias públicas;

Transporte de materiais;

Apoio em serviços de limpeza, drenagem e terraplanagem;

Outras atividades que demandem equipamentos pesados.

1.3 – Justificativa

Considerando que o Município **não dispõe de todos os equipamentos necessários em sua frota própria**, torna-se imprescindível a contratação de prestadores externos para:

Atender às demandas de forma imediata e contínua;

Garantir a manutenção da regularidade e qualidade dos serviços públicos;
Promover **economicidade e eficiência administrativa**, evitando atrasos ou paralisações de obras e serviços essenciais.

1.4 - Benefícios Esperados

O credenciamento permitirá ao Município:

Contratar serviços de forma ágil e conforme a necessidade;

Garantir que os serviços públicos municipais sejam executados com **eficiência operacional e técnica**;
Melhorar a gestão e a utilização de recursos públicos, assegurando a manutenção adequada de vias, equipamentos e infraestrutura do Município.

2 - Demonstração da Previsão

2.1 - O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), tem como parâmetro às contratações do exercício anterior e está alinhada com a Lei de diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

3 - Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1 - A contratação observará as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as que foram apresentadas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

3.2 - Assim, ciente das normas citadas, a empresa contratada deverá observar, no que lhe couber, as diretrizes de sustentabilidade da Instrução Normativa nº 1/2010. Poderá ainda adotar outras boas práticas sustentáveis e adaptar-se, quando existentes, às diretrizes de sustentabilidade específicas do Município de Itanhomi-MG.

3.3 - O credenciado somente fará jus ao recebimento dos valores correspondentes aos serviços de locação efetivamente executados e previamente autorizados pela secretaria requisitante, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Credenciamento e nas Ordens de Serviço.

3.4 - O prazo de vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial ou outro meio oficial utilizado. A vigência poderá ser prorrogada, nos termos da legislação vigente, desde que haja interesse da Administração e vantagem na continuidade da prestação dos serviços.

3.4.1 - A adoção deste prazo se justifica pela necessidade contínua e programada de serviços no âmbito municipal, garantindo previsibilidade, otimização de recursos públicos e eficiência na prestação dos serviços operacionais, com a devida atenção aos aspectos ambientais, técnicos e econômicos.

4 - Estimativa das Quantidades a serem contratadas

4.1 - Para atender a demanda estima-se o consumo de bens, conforme quantidades estabelecidas na tabela no Termo de Referência, que compões este Estudo Técnico Preliminar.

5 - Levantamento de Mercado

5.1 - Neste tópico, ressalta-se a importância da adequada identificação e definição das soluções técnicas que possam atender de forma eficaz e contínua às demandas operacionais do Município de Itanhomi-MG, especialmente no que se refere à utilização destes serviços para execução de serviços públicos. A escolha dessas soluções deve estar em consonância com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, especialmente os da eficiência, economicidade e legalidade.

5.2 - A análise técnica tem como objetivo identificar fornecedores capacitados para a prestação dos serviços, permitindo à Administração aproximar suas contratações das melhores práticas do mercado, promover inovações logísticas e operacionais, assegurar a qualidade dos serviços prestados e garantir o uso racional dos recursos públicos, conforme o princípio da eficiência.

5.3 - Na contratação por credenciamento para locação de máquinas e caminhões, devem ser considerados critérios como a qualificação técnica do fornecedor, a adequação dos equipamentos às necessidades operacionais do município, a disponibilidade de mobilização imediata, o bom estado de conservação e manutenção dos veículos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas Transporte e Urbanismo e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itanhomi-MG, além da adoção de práticas sustentáveis e do cumprimento das normas de segurança e meio ambiente. As condições de preços por hora ou diária, prazos para atendimento e garantias de substituição dos equipamentos também devem ser observadas para assegurar a melhor relação custo-benefício.

5.4 - No âmbito do Município de Itanhomi-MG, adota-se a modalidade de credenciamento, prevista na Lei nº 14.133/2021, por ser o procedimento mais adequado à natureza contínua, variável e não exclusiva da demanda pelos devidos serviços a serem prestados. Essa modalidade proporciona maior flexibilidade, eficiência, atendimento simultâneo por múltiplos fornecedores credenciados e adequação às necessidades específicas de cada secretaria municipal, em conformidade com os princípios da governança pública.

6 - Estimativa do Valor da Contratação

6.1 - O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.243.960** (três milhões, duzentos e quarenta e três mil, novecentos e sessenta reais), conforme custos apostos na tabela em anexo ao Termo de Referência. O valor foi estimado observando os critérios do inciso III do art. 23 da lei 14.133/21, que tem como base a utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, sendo uma delas no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**.

7 - Descrição para a solução como um todo:

7.1 - Após a análise de mercado, considerando-se as estimativas de custos, a natureza contínua e variável da demanda, bem como a disponibilidade orçamentária da Administração Pública Municipal para a **prestação dos respectivos serviços**, concluiu-se que a solução mais viável é a **realização do processo de credenciamento**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

7.1.1 - Nesse contexto, a escolha pelo **credenciamento** proporciona ao Município de Itanhomi-MG maior flexibilidade e agilidade na contratação de fornecedores, permitindo o atendimento simultâneo por diversos prestadores previamente habilitados, conforme a demanda de cada secretaria. A modalidade também garante transparência, economicidade, eficiência na gestão dos contratos e segurança jurídica,

uma vez que todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos são admitidos, sem caráter competitivo.

7.2 - Verificou-se, ainda, a existência de um mercado fornecedor local e regional com capacidade técnica para atender às demandas. Isso favorece a **ampliação do número de credenciados**, aumenta a disponibilidade de equipamentos para pronta resposta e evita a imposição de condições abusivas ou impeditivas, assegurando a viabilidade técnica e comercial do objeto.

7.3 - A adoção desta solução fortalece o cumprimento dos princípios da eficiência e da economicidade, promovendo a racionalização das contratações públicas por meio de um **modelo descentralizado de execução, mas padronizado de habilitação**, o que possibilita a atuação conforme demanda real, com maior controle dos recursos públicos.

7.3.1 - Entre os benefícios diretos esperados com o credenciamento, destacam-se:

7.3.1.1 - Eliminação da necessidade de realização de múltiplas licitações para objetos similares;

7.3.1.2 - Flexibilidade na escolha do fornecedor conforme disponibilidade imediata e localização;

7.3.1.3 - Atendimento simultâneo a diversas frentes de serviço no município;

7.3.1.4 - Redução dos custos administrativos e operacionais da contratação;

7.3.1.5 - Maior eficiência na gestão, fiscalização e controle das ordens de serviço;

7.3.1.6 - Melhoria na organização logística e no cumprimento de prazos;

7.3.1.7 - Diminuição do risco de paralisação de serviços essenciais;

7.3.1.8 - Maior previsibilidade de custos e planejamento orçamentário;

7.3.1.9 - Estímulo ao planejamento e à organização setorial das secretarias municipais;

7.3.1.10 - Preservação do equilíbrio econômico-financeiro nas contratações por demanda.

7.3.2 - Quanto aos benefícios indiretos, destacam-se:

7.3.2.1 - Fortalecimento da imagem institucional do Município como gestor responsável, aberto e parceiro do setor produtivo;

7.3.2.2 - Estímulo a práticas sustentáveis e seguras na operação de máquinas e veículos, conforme exigências legais e ambientais.

8 - Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

8.1 - A contratação por meio da modalidade de credenciamento permite a ampla participação de fornecedores, de forma isonômica, contínua e descentralizada, favorecendo o atendimento da Administração Pública conforme a demanda efetiva e a disponibilidade dos credenciados, sem a limitação de contratação por itens ou lotes em um único procedimento competitivo.

8.2 - O credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, consiste em procedimento administrativo voltado à habilitação de todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos no edital, sendo especialmente adequado quando não há exclusividade na prestação do serviço e quando se busca garantir maior flexibilidade na gestão das contratações públicas.

8.3 - Ao contrário das licitações por item ou por grupo, o credenciamento não exige julgamento comparativo entre propostas, mas sim a verificação objetiva dos critérios de habilitação técnica, jurídica

e econômica, sendo assegurada a contratação de todos os que estiverem aptos e interessados, conforme a necessidade da Administração.

8.4 - Tal modalidade é plenamente compatível com o objeto em questão, uma vez que se trata de serviço com demanda variável, divisível e distribuída entre diferentes secretarias municipais, cuja execução pode ser realizada por diferentes prestadores simultaneamente, respeitando a ordem de chamada, a disponibilidade e os critérios previamente definidos no edital.

8.5 - Dessa forma, não se aplica a lógica de julgamento por item ou lote, como ocorre nas modalidades competitivas. No credenciamento, busca-se assegurar a continuidade do serviço, a economicidade, a diversidade de fornecedores e a eficiência na execução, sem prejuízo à regularidade da contratação ou à observância dos princípios da legalidade e impessoalidade.

9 - Resultado Pretendido

9.1 - Considera-se que, com a formalização deste procedimento de **credenciamento**, as Secretarias Municipais busca assegurar a **continuidade e regularidade das atividades operacionais e de infraestrutura** do Poder Executivo Municipal de Itanhomi-MG. A contratação é planejada de forma estratégica, com o objetivo de prevenir riscos à Administração Pública, evitar prejuízos ao Erário e **promover maior eficiência na gestão de recursos**, por meio do acesso ágil e flexível a fornecedores previamente habilitados, beneficiando diretamente todas as secretarias envolvidas na execução de serviços públicos.

9.2 - A presente demanda mostra-se necessária e vantajosa, considerando que os devidos serviços relacionados no Termo de Referência atende, de forma descentralizada e eficaz, as **necessidades operacionais comuns** aos diversos órgãos do Poder Executivo Municipal. Trata-se de solução que respeita os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público. Diante disso, os resultados esperados com esta forma de contratação são:

9.2.1 - Garantir a prestação adequada e contínua dos serviços operacionais, com disponibilidade de máquinas e caminhões conforme a demanda de cada secretaria;

9.2.2 - Obter maior racionalização e controle dos gastos públicos relacionados à operação, manutenção e logística de equipamentos, sem necessidade de aquisição própria;

9.2.3 - Preservar a continuidade das atividades administrativas e de campo, reduzindo o tempo de resposta às demandas emergenciais e programadas do Município;

9.2.4 - Reduzir os riscos de prejuízos ao Erário advindos da paralisação de obras ou serviços por indisponibilidade de equipamentos, ou pela má gestão de ativos próprios;

9.2.5 - Implementar mecanismos de controle e avaliação de desempenho dos fornecedores credenciados, por meio do acompanhamento de indicadores de disponibilidade, tempo de atendimento, qualidade e segurança ambiental.

10 - Providências a serem adotadas

10.1 - Não haverá exigência de garantia contratual, conforme disposto nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas seguintes razões:

10.1.1 - O presente procedimento de **credenciamento** não apresenta grau de complexidade que justifique a exigência de garantia, uma vez que se trata da prestação de serviços rotineiros, contratados conforme demanda específica da Administração, sem riscos significativos à continuidade ou à integridade da execução contratual.

10.1.2 - A exigência de garantia contratual poderia gerar custos adicionais aos fornecedores interessados, os quais tenderiam a repassar tais encargos aos preços ofertados. Isso comprometeria o princípio da economicidade e poderia reduzir a atratividade do credenciamento, afastando potenciais prestadores aptos e limitando a rede de atendimento do Município.

10.1.3 - Considerando a natureza da prestação, locação temporária e pontual de equipamentos com operação a cargo dos próprios fornecedores, não há necessidade de capacitação prévia de servidores municipais nem de intervenções em ambientes públicos, o que reforça o baixo risco operacional e contratual, tornando desnecessária a imposição de garantias.

11 - Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 – A presente contratação por credenciamento para a prestação dos diversos serviços relacionados, não possui relação de dependência ou vínculo com outras contratações vigentes no âmbito da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, sendo autônoma e suficiente para atender às demandas específicas das secretarias municipais no que se refere ao suporte operacional e logístico necessário à execução de serviços públicos diversos.

12 - Possíveis Impactos Ambientais

12.1 - A presente contratação, por meio de **credenciamento**, destina-se a garantir a observância dos princípios constitucionais da isonomia, da seleção vantajosa para a Administração Pública e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em consonância com os preceitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

12.2 - Entende-se que a contratação sustentável consiste em procedimento administrativo que contribui diretamente para o desenvolvimento nacional sustentável por meio da inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos na prestação dos serviços públicos, neste caso, por meio da locação de máquinas e caminhões com responsabilidade ambiental e social.

12.3 - A partir dessa perspectiva tripartite, compreende-se que o desenvolvimento sustentável vai além da proteção ambiental, abrangendo também dimensões éticas, jurídicas e políticas, fundamentais para um modelo de gestão pública eficiente, transparente e comprometido com o interesse coletivo.

12.4 - O bem-estar social está intrinsecamente ligado à efetivação de direitos fundamentais, como saúde, segurança, infraestrutura e condições dignas de trabalho, o que inclui o respeito às normas trabalhistas e de segurança, como a proibição do trabalho infantil, a fixação de jornada adequada, e a exigência do uso de equipamentos de proteção individual (EPIs).

12.4.1 - O desenvolvimento econômico, por sua vez, está relacionado à geração de renda, circulação de riqueza e estímulo à economia local e regional, promovendo o crescimento das atividades produtivas com responsabilidade e equilíbrio.

12.5 - A **preservação do meio ambiente** é elemento essencial da sustentabilidade. A execução dos serviços de locação de máquinas e caminhões deve ocorrer de forma a **minimizar impactos ambientais**, promover o uso consciente dos recursos naturais e atender ao dever constitucional de proteção do meio ambiente, conforme o art. 225 da Constituição Federal.

12.6 - Diante disso, a presente contratação adota como diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

12.6.1 - Preferência por fornecedores locais e regionais, que estimulem a economia da microrregião e reduzam a emissão de poluentes oriundos do transporte de longa distância;

12.6.2 - Incentivo à utilização de veículos em bom estado de conservação, com manutenção preventiva regular e que atendam aos limites de emissão de poluentes definidos por normas ambientais;

12.6.3 - Substituição de máquinas e caminhões com alto consumo de combustível por equipamentos mais eficientes ou com menor impacto ambiental, sempre que possível;

12.6.4 - Promoção de treinamento dos operadores credenciados em boas práticas operacionais e ambientais, com foco na condução econômica, descarte adequado de resíduos (como filtros, óleos e pneus), e redução do desperdício;

12.6.5 - Observância das normas de segurança do trabalho, com fornecimento e uso obrigatório de EPIs pelos operadores de máquinas e condutores de veículos;

12.6.6 - Adoção de inovações tecnológicas que promovam maior eficiência energética e menor impacto ambiental na execução das atividades, sempre que disponíveis e compatíveis com o serviço contratado.

13 - ANÁLISE DE RISCOS

| Risco | Probabilidade | Impacto | Ações Preventivas | Ações de Contingência |
|--|---------------|---------|---|---|
| Atraso na execução dos serviços contratados | Alta | Alto | Estabelecer prazos máximos para atendimento após solicitação; prever penalidades no termo de referência | Manter cadastro ativo de fornecedores alternativos e acionar conforme ordem de rodízio |
| Execução inadequada dos serviços (baixa qualidade) | Média | Médio | Exigir documentação de qualificação técnica na habilitação; fiscalizar in loco a execução dos serviços | Aplicar penalidades; exigir correção imediata ou substituição dos equipamentos/operadores |
| Falta de recursos financeiros | Baixa | Alto | Garantir a reserva orçamentária no momento do planejamento anual da contratação | Priorizar demandas essenciais e, se necessário, solicitar suplementação orçamentária |

| | | | | |
|---|-------|-------|---|--|
| Desistência de fornecedor credenciado | Baixa | Alto | Incluir cláusulas de penalidade e previsão de descumprimento por descumprimento | Reorganizar a escala de atendimento entre os demais credenciados ou reabrir o credenciamento |
| Incompatibilidade de técnica com demandas específicas | Média | Médio | Especificar claramente no termo de referência os requisitos técnicos mínimos das máquinas e caminhões | Realocar demandas para fornecedores com equipamentos compatíveis ou ajustar parâmetros de execução |

14 - Justificativa da Viabilidade

14.1 - O presente Estudo Técnico Preliminar levantou os elementos essenciais que fundamentarão a elaboração do Termo de Referência e **demonstrou a viabilidade da contratação de locação por meio de credenciamento para solucionar diversas contratações do município**. A contratação, conforme proposta, está condicionada à implementação das providências aqui descritas, sendo os riscos considerados administráveis e os custos estimados compatíveis com os valores praticados no mercado, preservando o princípio da economicidade.

14.2 - Concluído o exame do modelo de contratação mais adequado, considera-se a adoção do credenciamento com centralização do processo de seleção e habilitação dos fornecedores, permitindo descentralização da execução contratual pelas secretarias demandantes, com ganhos expressivos sob as seguintes perspectivas:

14.2.1 - Flexibilidade e Agilidade na Contratação: O credenciamento possibilita à Administração a utilização dos serviços de acordo com a necessidade real de cada unidade administrativa, garantindo resposta imediata à demanda operacional, sem necessidade de abertura de novo processo licitatório para cada contratação.

14.2.2 - Racionalização dos Recursos Administrativos: Com o credenciamento centralizado, evita-se a repetição de processos semelhantes em diferentes órgãos, otimizando recursos humanos, financeiros e operacionais, tanto da Administração quanto dos fornecedores.

14.2.3 - Maior Acesso a Fornecedores Locais e Regionais: O credenciamento possibilita a inclusão de empresas de diferentes portes, inclusive micro e pequenas empresas, ampliando a rede de atendimento e fortalecendo o comércio e a prestação de serviços regional.

14.3 - Dessa forma, constata-se que o credenciamento centralizado, com execução descentralizada, apresenta potencial significativo de benefícios sob as dimensões da eficiência, economicidade e flexibilidade administrativa.

14.4 - A lógica do credenciamento elimina a exigência de disputa entre fornecedores, mas preserva a **transparência, a isonomia e a vantajosidade**, permitindo que todos os interessados que atendam aos critérios fixados no edital participem em igualdade de condições, conforme a Lei nº 14.133/2021.

14.5 - O modelo adotado **reduz os custos de transação e gestão**, pois substitui múltiplas licitações por um único procedimento de credenciamento, mantendo a autonomia das secretarias para demandar os serviços conforme sua programação ou necessidade emergencial.

14.6 - A contratação por credenciamento ainda permite melhor **controle e monitoramento da execução**, especialmente com o uso de ordens de serviço individualizadas, relatórios de desempenho e indicadores padronizados.

14.7 - O modelo também possibilita **ganhos operacionais e logísticos**, considerando que a locação dos equipamentos ocorrerá conforme a disponibilidade dos fornecedores credenciados e as condições previamente pactuadas, respeitando critérios objetivos de rodízio, localização ou menor custo.

14.8 - Assim, ainda que a estrutura do serviço seja dividida entre diferentes unidades administrativas, os esforços de gestão contratual permanecem otimizados, possibilitando **descentralização eficiente com padronização dos instrumentos de controle e fiscalização**.

14.9 - Diante da plena aderência do objeto às diretrizes de eficiência, economicidade e adaptabilidade da Administração Pública, conclui-se pela **viabilidade, conveniência e oportunidade da contratação por credenciamento para locação conforme descritos no Termo de Referencia**, uma vez que esta modalidade:

14.9.1 - Atende à demanda variável e não exclusiva;

14.9.2 - Garante atendimento imediato e contínuo;

14.9.3 - Fortalece o controle técnico-operacional;

14.9.4 - Promove a participação de múltiplos fornecedores;

14.9.5 - Reduz custos administrativos e operacionais.

14.10 - Sendo assim, declara-se pela **VIABILIDADE da contratação por meio de credenciamento**, considerando que a solução apresentada é a mais adequada sob os aspectos técnico, econômico, jurídico e ambiental, estando em plena conformidade com os princípios e diretrizes que regem a Administração Pública Municipal de Itanhomi-MG.

Itanhomi-MG, 03 de outubro de 2025.

CARLOS DIOGO FONTES

Secretário Municipal de Viação, Obras Públicas, Transporte e Urbanismo

JUAREZ ANDRE CAETANO

Secretário Municipal de Meio Ambiente



ANEXO III

PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 022/2025
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 012/2025
EMPRESA/:
CNPJ/CPF:
ENDEREÇO:
REPRESENTANTE LEGAL:
DADOS BANCÁRIOS:

Ao Agente de Contratação,

Referente ao Edital de Credenciamento Nº 00012/2025

Vimos por meio desta, apresentar a esta comissão nossa proposta de prestação de serviços, acompanhada da documentação, solicitando nosso credenciamento, visando a prestação de serviços para os seguintes itens:

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UNID. | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|---|--------|--------|-------------|-------------|
| 01 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO BASCULANTE (TOCO) COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6/8M³, SENDO QUE O COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E O MOTORISTA FICARÁ POR CONTA DO LOCADOR. | DIÁRIA | 300 | 1.042,43 | 312.729 |
| 02 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO BASCULANTE (TRUCK) COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10/12M³, SENDO QUE O COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E O MOTORISTA FICARÁ POR CONTA DO LOCADOR. | DIÁRIA | 300 | 1.625,13 | 487.539 |
| 03 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) GUINDAUTO: VEÍCULO EQUIPADO COM UM GUINDASTE ARTICULADO HIDRÁULICO (MUNK) COM CAPACIDADE DE ELEVÇÃO MÍNIMA DE 12 TONELADAS E ALCANÇE MÍNIMO DE 10 METROS, SENDO O COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E O OPERADOR FICARÁ POR CONTA DO LOCADOR. | DIÁRIA | 100 | 1.827,78 | 182.778 |
| 04 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO PIPA DESTINADO AO TRANSPORTE DE ÁGUA POTÁVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 (DEZ) METROS CÚBICOS (10M³), SENDO O COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E O OPERADOR FICARÁ POR CONTA DO LOCADOR. | DIÁRIA | 250 | 760,00 | 190.000 |
| 05 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO PRANCHA TRUCK COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 8,5M (OITO METROS E MEIO) E NO MÍNIMO 2.5M (DOIS METROS E MEIO) DE LARGURA, | KM | 15.000 | 12,54 | 188.100 |



| | | | | | |
|-------------------------|--|------|-------|--------|------------------|
| | COM RAMPA ACOPLADA, COM TODAS AS DESPESAS COM OPERADOR, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E TRANSPORTE POR CONTA DO LOCADOR. | | | | |
| 06 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO, CAMINHONETE OU CAMINHÃO LEVE, EQUIPADO COM CESTO AÉREO COM ISOLAMENTO ELÉTRICO, ACOPLADO A BRAÇO ARTICULADO OU TELESCÓPICO, DESDE QUE TENHA O ALCANCE MÍNIMO DE 10 (DEZ) METROS DE ALTURA, POSSUINDO CERTIFICAÇÃO ADEQUADA PARA TRABALHO COM REDES ENERGIZADAS, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DO CESTO DE 136KG, CONFORME NORMAS VIGENTES. | HORA | 300 | 222,48 | 66.744 |
| 07 | LOCAÇÃO DE 01 (UMA) MINI ESCAVADEIRA COMPACTA MOVIDA A DIESEL (ENTRE 17 KW E 25 KW DE POTÊNCIA) COM SISTEMA HIDRÁULICO PRECISO. COM BRAÇO ARTICULADO E CONCHA PARA ESCAVAÇÃO, PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO MÍNIMA DE 03 (TRÊS) METROS. COM LÂMINA FRONTAL USADA PARA ESTABILIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO, COMBUSTÍVEL, LUBRIFICAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTE, OPERADOR, QUAISQUER DEMAIS MANUTENÇÕES E REFEIÇÃO POR CONTA DO LOCADOR. | HORA | 1.000 | 203,47 | 203.470 |
| 08 | LOCAÇÃO DE 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA, COM DOIS BRAÇOS: UM NA FRENTE, TIPO PÁ CARREGADEIRA, E UM ATRÁS, TIPO ESCAVADEIRA. TRAÇÃO 4X2 OU 4X4. COM CAPACIDADE OPERACIONAL MÍNIMA DE 6,5 TON (SEIS TONELADAS E MEIA), MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO, COMBUSTÍVEL, LUBRIFICAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTE, OPERADOR, QUAISQUER DEMAIS MANUTENÇÕES E REFEIÇÃO POR CONTA DO LOCADOR. | HORA | 1.500 | 239,52 | 359.280 |
| 09 | LOCAÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM CAPACIDADE OPERACIONAL MÍNIMA DE 13 (TREZE) TONELADAS, COM MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO, COMBUSTÍVEL, LUBRIFICAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTE, OPERADOR, QUAISQUER DEMAIS MANUTENÇÕES E REFEIÇÃO POR CONTA DO LOCADOR. | HORA | 4.000 | 313,33 | 1.253.320 |
| TOTAL GERAL R\$: | | | | | 3.243.960 |

Declaramos estar cientes de todas as cláusulas do Edital, inclusive quanto aos preços praticados pelo Município de Itanhomi/MG e aguardamos a aceitação de nossa firma como credenciada

Local e data: , ____ de ____ de 2025.

Carimbo e Assinatura

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº __/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 022/2025

TERMO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ITANHOMI/MG, pessoa jurídica de direito público interno, PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.493.239/0001-06, sediada à Avenida JK, nº 91 – Centro – Município de Itanhomi-MG, neste ato representado por seu Excelentíssimo Senhor prefeito, , Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº MG-8.044.288 – expedida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – inscrito no CPF sob o nº 056.965.966-30, residente e domiciliado à Rua Padre Antônio Rossi, nº 35-A – Centro – Município de Itanhomi-MG, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa __, inscrita no CNPJ sob o nº __, situado à Rua/Av. __, nº ____ - Bairro__, na cidade de __/__, **C E P** nº __, representado (a) neste ato pelo Sr (a). __, inscrito no CPF sob o nº ____ e C.I. nº __, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO(A)**, têm entre si certo e ajustado a contratação de prestação do(s) serviço(s), cujo(s) objeto(s) encontra(m)-se mencionado(s) na Cláusula Primeira, tudo nos termos da **INEXIGIBILIDADE Nº 022/2025 – CREDENCIAMENTO Nº 012/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2025**, regendo-se pelo disposto na Lei nº14.133/2021 e pelas cláusulas e condições adiante enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente instrumento o Credenciamento de empresas especializadas para a prestação de serviços de locação de máquinas e veículos pesados, destinados a promover a melhoria contínua da eficiência dos serviços públicos municipais da Prefeitura de Itanhomi/MG, conforme anexo do Processo Licitatório acima citado.

CLÁUSULA SEGUNDA: BASE LEGAL

2.1 - O presente Termo tem origem no Processo Licitatório nº 070/2025 - Credenciamento nº 012/2025 - Inexigibilidade de Licitação nº 012/2025, fundamentada no art. 79, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor a ser pago ao credenciado será de acordo com os serviços realizados, comprovados mediante apresentação de fatura/relatório, e devidamente aprovados pela Secretaria Municipal responsável. A apresentação da fatura, que será devidamente atestada pela autoridade competente da Secretaria Municipal responsável.

3.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da entrega total do serviço, mediante apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante observando-se o art. 141, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em dez dias após a data de sua apresentação válida.

O pagamento será feito através de depósito bancário em conta corrente em nome da Contratada ou cheque nominal

3.4 - A Nota Fiscal emitida pelo licitante deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do processo licitatório e nº do Credenciamento, a fim de se acelerar o trâmite e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS ESPECIFICAÇÕES

4.1 - As especificações dos serviços a serem credenciados são:

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UNID. | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|---|--------|--------|-------------|-------------|
| 01 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO BASCULANTE (TOCO) COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6/8M³, SENDO QUE O COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E O MOTORISTA FICARÁ POR CONTA DO LOCADOR. | DIÁRIA | 300 | 1.042,43 | 312.729 |
| 02 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO BASCULANTE (TRUCK) COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10/12M³, SENDO QUE O COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E O MOTORISTA FICARÁ POR CONTA DO LOCADOR. | DIÁRIA | 300 | 1.625,13 | 487.539 |
| 03 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) GUINDAUTO: VEÍCULO EQUIPADO COM UM GUINDASTE ARTICULADO HIDRÁULICO (MUNK) COM CAPACIDADE DE ELEVAÇÃO MÍNIMA DE 12 TONELADAS E ALCANCE MÍNIMO DE 10 METROS, SENDO O COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E O OPERADOR FICARÁ POR CONTA DO LOCADOR. | DIÁRIA | 100 | 1.827,78 | 182.778 |
| 04 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO PIPA DESTINADO AO TRANSPORTE DE ÁGUA POTÁVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 (DEZ) METROS CÚBICOS (10M³), SENDO O COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E O OPERADOR FICARÁ POR CONTA DO LOCADOR. | DIÁRIA | 250 | 760,00 | 190.000 |
| 05 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO PRANCHA TRUCK COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 8,5M (OITO METROS E MEIO) E NO MÍNIMO 2.5M (DOIS METROS E MEIO) DE LARGURA, COM RAMPA ACOPLADA, COM TODAS AS DESPESAS COM OPERADOR, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E TRANSPORTE POR CONTA DO LOCADOR. | KM | 15.000 | 12,54 | 188.100 |
| 06 | LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO, CAMINHONETE OU CAMINHÃO LEVE, EQUIPADO COM CESTO AÉREO COM ISOLAMENTO ELÉTRICO, ACOPLADO A BRAÇO ARTICULADO OU TELESCÓPICO, DESDE QUE TENHA O ALCANCE MÍNIMO DE 10 (DEZ) METROS DE ALTURA, POSSUINDO CERTIFICAÇÃO ADEQUADA PARA TRABALHO COM REDES ENERGIZADAS, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DO CESTO DE 136KG, CONFORME NORMAS VIGENTES. | HORA | 300 | 222,48 | 66.744 |

| | | | | | |
|------------------|--|------|-------|--------|-----------|
| 07 | LOCAÇÃO DE 01 (UMA) MINI ESCAVADEIRA COMPACTA MOVIDA A DIESEL (ENTRE 17 KW E 25 KW DE POTÊNCIA) COM SISTEMA HIDRÁULICO PRECISO. COM BRAÇO ARTICULADO E CONCHA PARA ESCAVAÇÃO, PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO MÍNIMA DE 03 (TRÊS) METROS. COM LÂMINA FRONTAL USADA PARA ESTABILIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO, COMBUSTÍVEL, LUBRIFICAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTE, OPERADOR, QUAISQUER DEMAIS MANUTENÇÕES E REFEIÇÃO POR CONTA DO LOCADOR. | HORA | 1.000 | 203,47 | 203.470 |
| 08 | LOCAÇÃO DE 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA, COM DOIS BRAÇOS: UM NA FRENTE, TIPO PÁ CARREGADEIRA, E UM ATRÁS, TIPO ESCAVADEIRA. TRAÇÃO 4X2 OU 4X4. COM CAPACIDADE OPERACIONAL MÍNIMA DE 6,5 TON (SEIS TONELADAS E MEIA), MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO, COMBUSTÍVEL, LUBRIFICAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTE, OPERADOR, QUAISQUER DEMAIS MANUTENÇÕES E REFEIÇÃO POR CONTA DO LOCADOR. | HORA | 1.500 | 239,52 | 359.280 |
| 09 | LOCAÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM CAPACIDADE OPERACIONAL MÍNIMA DE 13 (TREZE) TONELADAS, COM MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO, COMBUSTÍVEL, LUBRIFICAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTE, OPERADOR, QUAISQUER DEMAIS MANUTENÇÕES E REFEIÇÃO POR CONTA DO LOCADOR. | HORA | 4.000 | 313,33 | 1.253.320 |
| TOTAL GERAL R\$: | | | | | 3.243.960 |

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1 - O **CONTRATADO** deverá atender as solicitações encaminhados pelo **CONTRATANTE**, oferecendo-lhes atendimentos de Contratação de pessoas jurídicas prestadores de serviços, conforme anexo constante do edital e do presente termo;

6.2 - Os serviços especificados nos anexos deverão ser executados pelo credenciado de acordo com as normas e legislações vigentes.

6.3 - O **CONTRATADO** reconhece por este instrumento que é responsável pelos danos ou prejuízos que, eventualmente, venham a sofrer o **CONTRATANTE**, coisa, propriedade ou terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo na execução do termo, sejam eles causados por si, seus prepostos ou funcionários, bem como por pessoas por esta autorizada a permanecer no local do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento exercidos pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 - Constituem obrigações e responsabilidades do **CONTRATANTE**:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente.
- b) Emitir as Autorizações para EXECUÇÃO do serviço, devidamente preenchida e assinada pela autoridade responsável juntamente.
- c) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando o prazo para sua correção.
- d) Notificar o **CONTRATADO**, quando da inexecução das cláusulas constantes do presente contrato, aplicando no caso as penalidades cabíveis.
- e) Observar para que durante toda a vigência do mencionado contrato sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da **CONTRATADA** exigível na Licitação em que este se encontra vinculado.
- f) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitado pela empresa, pertinentes ao objeto do presente certame.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 - Constituem obrigações e responsabilidades da **CONTRATADA**:

- a) Fornecer os serviços de acordo com o Edital;
- b) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Garantir a execução qualificada do contrato durante todo o período.
- e) O prestador de serviço deverá notificar o contratante de eventual alteração de seus dados pessoais.
- f) O prestador de serviço deverá manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- g) O prestador de serviço deverá desenvolver os serviços sempre em regime de entendimento com a fiscalização.
- h) O Credenciado deverá manter-se habilitado, nos mesmos moldes da documentação de habilitação sob pena de rescisão contratual.
- i) Não serão objetos de pagamento os serviços efetuados fora dos padrões da boa técnica profissional e das normas éticas existentes, após análise técnica e justificativa da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, observado o direito a defesa e contraditório.
- j) Os serviços deverão ser administrados conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
- k) Os Municípios poderão denunciar qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e/ou no faturamento.
- l) O não cumprimento das alíneas acima acarretará na imediata rescisão contratual.

CLÁUSULA NONA - DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

9.1. Todos os encargos sociais e trabalhistas, resultantes do presente termo, serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**. Assim, a **CONTRATADA** reconhece, desde já, que os débitos trabalhistas e sociais advindos do presente instrumento serão arcados, única e exclusivamente, pela mesma.



CLÁUSULA DÉCIMA - DOS TRIBUTOS

10.1 - O valor deste Termo engloba todo e qualquer tributo, sendo que a retenção e pagamento de quaisquer impostos e/ou taxas ficarão a cargo e sob responsabilidade do **CONTRATANTE**, sempre que as disposições legais pertinentes assim o exigirem.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

11.1.1 - A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

| CÓDIGO DA DOTAÇÃO | FICHA | FONTE | NOMENCLATURA |
|--|-------|---------------|---|
| 02.01.01.04.122.0001.2007.3.3.90.36.00 | 58 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIVIDADES DO GABINETE PREFEITO |
| 02.01.01.04.122.0001.2007.3.3.90.39.00 | 59 | 1.500.000.000 | |
| 02.03.01.04.122.0003.2010.3.3.90.36.00 | 84 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIV. SEC. MUNIC. ADMINISTRAÇÃO |
| 02.03.01.04.122.0003.2010.3.3.90.39.00 | 85 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.501.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.04.01.04.123.0007.2016.3.3.90.36.00 | 123 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIV. SECRETARIA MUNIC. FAZENDA |
| 02.04.01.04.123.0007.2016.3.3.90.39.00 | 124 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.501.000.000 | |
| | | 1.752.000.000 | |
| | | 1.720.000.000 | |
| 02.05.01.12.122.0008.2019.3.3.90.36.00 | 148 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIV. SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO |
| 02.05.01.12.122.0008.2019.3.3.90.39.00 | 149 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.05.01.12.361.0009.2022.3.3.90.36.00 | 166 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL |
| 02.05.01.12.361.0009.2022.3.3.90.39.00 | 167 | 1.550.000.000 | |
| | | 1.500.000.000 | |
| | | 1.550.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.05.01.12.361.0010.2025.3.3.90.36.00 | 173 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR |
| 02.05.01.12.361.0009.2022.3.3.90.39.00 | 174 | 1.576.001.000 | |
| | | 1.500.000.000 | |
| | | 1.550.000.000 | |
| | | 1.553.000.000 | |
| | | 1.576.001.000 | |
| 02.05.01.12.365.0011.2028.3.3.90.36.00 | 185 | 1.500.000.000 | MANUT. DAS ATIVIDADES DA CRECHE |
| 02.05.01.12.365.0011.2028.3.3.90.39.00 | 186 | 1.500.000.000 | |



| | | | |
|--|-----|---------------|--|
| | | 1.550.000.000 | |
| 02.06.01.10.122.0015.2034.3.3.90.36.00 | 212 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE |
| 02.06.01.10.122.0015.2034.3.3.90.39.00 | 213 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.06.01.10.301.0015.2035.3.3.90.36.00 | 227 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIV. ASSIST. MÉDICA ODONTOLÓGICA |
| | | 1.600.000.000 | |
| | | 1.621.000.000 | |
| 02.06.01.10.301.0015.2035.3.3.90.39.00 | 228 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.600.000.000 | |
| | | 1.621.000.000 | |
| | | 1.659.002.000 | |
| 02.07.01.04.122.0020.2046.3.3.90.39.00 | 283 | 1.500.000.000 | MANUT. SEC. VIAÇÃO, OBRAS, TRANSP. URBAN |
| 02.07.01.15.451.0020.2047.3.3.90.36.00 | 303 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES URBANAS |
| 02.07.01.15.451.0020.2047.3.3.90.39.00 | 304 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.501.000.000 | |
| | | 1.703.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.09.01.08.122.0017.2052.3.3.90.36.00 | 356 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIV. SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| 02.09.01.08.122.0017.2052.3.3.90.39.00 | 357 | 1.500.000.000 | |
| 02.11.01.18.122.0023.2058.3.3.90.36.00 | 385 | 1.500.000.000 | MANUT ATIV. SETOR DE MEIO AMBIENTE |
| 02.11.01.18.122.0023.2058.3.3.90.39.00 | 386 | 1.500.000.000 | |
| 02.03.01.06.181.0004.2012.3.3.90.36.00 | 96 | 1.500.000.000 | MANUT. CONVÊNIO COM A POLICIA MILITAR |
| 02.03.01.06.181.0004.2012.3.3.90.39.00 | 97 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.03.01.06.181.0004.2013.3.3.90.36.00 | 99 | 1.500.000.000 | MANUT. CONVENIO COM A POLICIA CIVIL |
| 02.03.01.06.181.0004.2013.3.3.90.39.00 | 100 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.03.01.06.181.0004.2015.3.3.90.36.00 | 107 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL |
| 02.03.01.06.181.0004.2015.3.3.90.39.00 | 108 | 1.500.000.000 | |
| 02.05.01.12.366.0009.2029.3.3.90.36.00 | 201 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO ENSINO PARA JOVENS E ADULTOS |
| 02.05.01.12.366.0009.2029.3.3.90.39.00 | 202 | 1.500.000.000 | |
| 02.06.01.10.301.0015.2065.3.3.90.36.00 | 235 | 1.500.000.000 | PRAÇA SAUDÁVEL ACADEMIA DA MELHOR IDADE |
| | | 1.600.000.000 | |
| 02.06.01.10.301.0015.2065.3.3.90.39.00 | 236 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.600.000.000 | |
| 02.06.01.10.302.0015.2037.3.3.90.36.00 | 240 | 1.500.000.000 | MANUT. DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO MAC |
| | | 1.659.002.000 | |



| | | | |
|--|-----|---------------|---|
| 02.06.01.10.302.0015.2037.3.3.90.39.00 | 241 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FARMACÊUTICAS |
| | | 1.600.000.000 | |
| | | 1.659.002.000 | |
| 02.06.01.10.303.0015.2064.3.3.90.36.00 | 255 | 1.600.000.000 | MANUT. ATIVIDADES VIGILÂNCIA SANITÁRIA |
| 02.06.01.10.303.0015.2064.3.3.90.39.00 | 256 | 1.600.000.000 | |
| 02.06.01.10.304.0015.2043.3.3.90.36.00 | 264 | 1.500.000.000 | |
| 02.06.01.10.304.0015.2043.3.3.90.39.00 | 265 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA |
| 02.06.01.10.305.0015.2042.3.3.90.36.00 | 273 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.600.000.000 | |
| 02.06.01.10.305.0015.2042.3.3.90.39.00 | 274 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.600.000.000 | |
| 02.07.01.15.452.0020.2049.3.3.90.36.00 | 307 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA |
| 02.07.01.15.452.0020.2049.3.3.90.39.00 | 308 | 1.500.000.000 | |
| 02.07.01.17.512.0018.2045.3.3.90.39.00 | 313 | 1.500.000.000 | MANUT. DO SISTEMA DE ÁGUA/ESGOTO/PLUVIAL |
| 02.07.01.24.722.0020.2099.3.3.90.36.00 | 316 | 1.500.000.000 | MANUT. EM TORRES DE TRANSMISSÃO DE SINAL |
| 02.07.01.24.722.0020.2099.3.3.90.39.00 | 317 | 1.500.000.000 | |
| 02.07.01.25.752.0020.2048.3.3.90.39.00 | 320 | 1.500.000.000 | MANUT. ILUM. PÚBL. /SERV. ENERG. ELÉTRICA |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.07.01.26.782.0020.2050.3.3.90.36.00 | 332 | 1.500.000.000 | MANUT. ATIV. TRANSPORTE EST. VICINAIS |
| 02.07.01.26.782.0020.2050.3.3.90.39.00 | 333 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.710.000.000 | |
| | | 1.750.000.000 | |
| 02.08.01.20.606.0029.2051.3.3.90.36.00 | 344 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS |
| 02.08.01.20.606.0029.2051.3.3.90.39.00 | 345 | 1.500.000.000 | |
| 02.09.01.08.243.0017.2084.3.3.90.36.00 | 364 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR |
| 02.09.01.08.243.0017.2084.3.3.90.39.00 | 365 | 1.500.000.000 | |
| 02.10.01.27.812.0014.2057.3.3.90.36.00 | 378 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESPORTO |
| 02.10.01.27.812.0014.2057.3.3.90.39.00 | 379 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.751.000.000 | |
| 02.11.01.18.541.0023.2059.3.3.90.36.00 | 391 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DO VIVEIRO DE MUDAS |
| 02.11.01.18.541.0023.2059.3.3.90.39.00 | 392 | 1.500.000.000 | |
| 02.12.01.08.122.0032.2061.3.3.90.36.00 | 396 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO BOLSA FAMÍLIA, IGD E IGD SUAS |
| | | 1.660.000.000 | |
| 02.12.01.08.122.0032.2061.3.3.90.39.00 | 397 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.660.000.000 | |
| 02.12.01.08.245.0032.2060.3.3.90.36.00 | 409 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS |
| | | 1.660.000.000 | |



| | | | |
|--|-----|---------------|---|
| | | 1.661.000.000 | |
| 02.12.01.08.245.0032.2060.3.3.90.39.00 | 410 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.660.000.000 | |
| | | 1.661.000.000 | |
| | | 1.661.000.000 | |
| 02.12.02.08.243.0032.2083.3.3.90.36.00 | 423 | 1.500.000.000 | MANUT. ASSISTÊNCIA CRIANÇA E ADOLESCENTE |
| | | 1.660.000.000 | |
| 02.12.02.08.243.0032.2083.3.3.90.39.00 | 424 | 1.500.000.000 | |
| | | 1.661.000.000 | |
| 02.13.01.12.361.0009.2095.3.3.90.36.00 | 432 | 1.540.000.000 | MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL |
| 02.13.01.12.361.0009.2095.3.3.90.39.00 | 433 | 1.540.000.000 | |
| 02.13.01.12.365.0011.2096.3.3.90.36.00 | 440 | 1.540.000.000 | MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL |
| 02.13.01.12.365.0011.2096.3.3.90.39.00 | 441 | 1.540.000.000 | |
| 02.13.01.12.365.0011.2097.3.3.90.36.00 | 447 | 1.540.000.000 | MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ ESCOLAR |
| 02.13.01.12.366.0009.2090.3.3.90.36.00 | 453 | 1.540.000.000 | MANUTENÇÃO ENSINO PARA JOVENS E ADULTOS |
| 02.13.01.12.366.0009.2090.3.3.90.39.00 | 454 | 1.540.000.000 | |
| 02.14.01.13.122.0013.2074.3.3.90.36.00 | 460 | 1.500.000.000 | SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA E TURISMO |
| 02.14.01.13.122.0013.2074.3.3.90.39.00 | 461 | 1.500.000.000 | |
| 02.14.02.13.392.0013.2079.3.3.90.36.00 | 479 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DE BENS TOMBADOS REGIST. INVENTA |
| 02.14.02.13.392.0013.2079.3.3.90.39.00 | 480 | 1.500.000.000 | |
| 02.14.03.23.695.0033.2087.3.3.90.36.00 | 488 | 1.500.000.000 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TURISMO |
| 02.14.03.23.695.0033.2087.3.3.90.39.00 | 489 | 1.500.000.000 | |

11.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - O CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização ante a prestação dos serviços objeto deste Termo, por si, ou por terceiros indicados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE

13.1 - Em caso de prorrogação de vigência, transcorridos 12 (doze) meses, o termo poderá ser reajustado com base no acumulado do IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DESIGNAÇÃO DE FISCAL E GESTOR

14.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). Neste caso a fiscalização ficará sob responsabilidade do Servidor, Sr. Pedro Augusto Aredes Mota, ou a pessoa que esta delegar poderes.

14.2 - A Gestora do contrato será o Secretário da pasta da Secretaria Municipal de Viação Obras Públicas Transporte e Urbanismo, Sr. Carlos Diogo Fontes, que terá a função de administrar o termo de contrato, desde sua concepção até a finalização, com observância das formalidades previstas na legislação aplicada à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 - Pela inexecução total ou parcial do Termo, o **CONTRATANTE**, a seu critério, garantida a prévia defesa, aplicará à **CONTRATADA** as seguintes sanções, respeitando-se também o disposto na Lei Federal nº 14.133/21;

a) Advertência;

b) Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitada a 05 (cinco) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

c) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do termo, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

d) Multa de 20 % (vinte por cento) no caso de inexecução total do termo, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

15.2 - As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do termo;

15.3 - A aplicação das sanções pecuniárias estabelecidas nos itens anteriores não afasta a responsabilidade da **CONTRATADA** por eventuais prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros e nem aos ditames penais previstos na Lei 14.133/21, em decorrência da imperfeita execução do serviço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO

16.1. O presente termo poderá ser extinto em qualquer tempo, seja amigavelmente, judicialmente ou através de ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos termos do art. 104 e seguintes da Lei Federal nº. 14.133/21, assegurado o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DOS PRIVILÉGIOS DO CONTRATANTE

17.1 - A **CONTRATADA** reconhece que o **CONTRATANTE** é agente de interesse público, motivo pelo qual admite que quaisquer dúvidas na interpretação deste Termo sejam dirimidas em favor dele.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Itanhomi/MG, para a composição de qualquer lide resultante deste Termo, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 - Integram o presente termo, para todos os fins de direito, o Edital de Licitação que lhe deu origem e respectivos anexos, especificados no preâmbulo deste, cujas cláusulas e condições são interdependentes e complementares entre si.

19.2 - Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

E, por estarem assim, acordados e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas signatárias.

Prefeitura Municipal de Itanhomi/MG, __de __de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG
Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA
Contratante

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
REPRESENTANTE LEGAL
Contratada

TESTEMUNHA 1 – CPF:

TESTEMUNHA 2 – CPF
